

JOSÉ SILVA PEREIRA JÚNIOR

**MERCADO DE TRABALHO E TURISMO: EMPREGO, RENDA E
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO CEARÁ**

Fortaleza – Ceará
2010

JOSÉ SILVA PEREIRA JÚNIOR

**MERCADO DE TRABALHO E TURISMO: EMPREGO, RENDA E
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Logística e Pesquisa Operacional.

Área de Concentração: Logística e Sustentabilidade

Orientador: Prof. Carlos Américo Leite Moreira, Dr.

Fortaleza – Ceará

2010

P492m Pereira Júnior, José Silva

Mercado de trabalho e turismo: emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico no Ceará / José Silva Pereira Júnior. -- Fortaleza, 2010. 99 f. ; il. color. enc.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira

Área de concentração: Logística e sustentabilidade

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, 2010.

1. Turismo - Ceará. 2. Ceará – Mercado de trabalho. I. Moreira, Carlos Américo Leite (Orient.). II. Universidade Federal do Ceará/Programa de Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional. III. Título.

CDD 658.78

JOSÉ SILVA PEREIRA JÚNIOR

**MERCADO DE TRABALHO E TURISMO: EMPREGO, RENDA E
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO CEARÁ**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Logística e Pesquisa Operacional. Área de concentração: Logística e Sustentabilidade.

Aprovada em: 17 / 09 / 2010.

Prof. Carlos Américo Leite Moreira, Dr. (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Fábio Maia Sobral, Dr.
Universidade Federal do Ceará – UFC

Profa. Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano, Dr.
Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é uma tarefa longa e árdua e aparentemente solitária. Durante o processo dentro do programa, recebi apoio e ajuda de pessoas e instituições às quais gostaria de prestar os sinceros agradecimentos. E me perdoem caso alguém seja esquecido.

À força, à luz, ao amor e à sabedoria que vêm do *Alto*, que permitiu a concretização deste trabalho.

À minha *família*, e em especial a minha mãe, que me proporcionaram o amor, o carinho, o afeto e as condições necessárias para a dedicação aos estudos.

Ao *Programa de Mestrado*, que abriu espaço a um tecnólogo para evoluir em seus estudos e caminhada acadêmica.

À *FUNCAP* – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao professor *Carlos Américo*, meu orientador, pela paciência, orientação dedicada, pelo respeito, pelo estímulo e por sempre acreditar na capacidade de seu orientando.

Aos professores *Luzia Neide Coriolano* e *Fábio Sobral* que, com muita presteza, aceitaram compor a banca examinadora desta dissertação.

Aos *colegas de mestrado* que a cada dia me enriqueceram com suas experiências e conhecimentos e que são exemplo e estímulo nesta caminhada acadêmica.

Aos *amigos*, Lilianny Queiroz, Rondinelli Correia, Paulo Sérgio, Joseane Siqueira, Patrícia Barros, Kekê Ferreira e tantos outros amigos e colegas por acreditarem em mim, por colaborarem com seu conhecimento e por sempre me apoiarem com um “*vai dar tudo certo*”.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram ao longo do curso deixo um agradecimento sincero.

RESUMO

No Brasil e, especialmente, no Nordeste, o setor turístico apresenta uma dinâmica caracterizada por um relevante peso de participação na economia. Neste contexto de evolução econômica da atividade, pode-se observar que outro modelo tem sido discutido e analisado amplamente na busca de outra possibilidade da produção econômica que seja capaz de promover melhorias qualitativas através da atividade produtiva, gerando desenvolvimento e sustentabilidade. Como instrumento de desenvolvimento, a atividade turística precisa configurar-se em processo que vise, além do dinamismo e crescimento econômico, à melhoria direta da qualidade de vida da população nela inserida. Esta qualidade de vida e valorização pode ser obtida através da geração de empregos e renda que verdadeiramente valorizem seus beneficiários diretos e que agreguem qualidade real a seus resultados. Assim, com essa perspectiva de se compreender as relações de trabalho e renda gerados no interior da atividade turística, a qualidade inerente a elas e o real desenvolvimento gerado que essa pesquisa se apresenta, intenciona-se preencher uma lacuna no escopo das análises do mercado de trabalho do setor turístico, as relações desse com o espaço e dinamismo e melhoria decorrente dele. O trabalho revelou um contexto econômico adverso aos pressupostos do desenvolvimento. O cenário econômico encontrado no estado do Ceará relacionado às atividades ligadas ao Turismo aponta que o desejado desenvolvimento socioeconômico vem sendo relegado a condições inferiores ao crescimento econômico, pois os trabalhadores, prováveis beneficiários primeiros dos impactos gerados pelo setor, não sentem esses aumentos, uma vez que seu poder aquisitivo e de consequente melhoria de vida não acompanhou os aumentos vivenciados pelo setor.

Palavras-chaves: Cadeia Produtiva do Turismo, Desenvolvimento Socioeconômico, Mercado de Trabalho, Empregabilidade e Renda.

ABSTRACT

In Brazil and, especially, North-eastern, the sector of the tourism presents a dynamics characterized for an important impact of participation in the economy. In this context of economic evolution of the activity, it can be observed that another model has been argued and analyzed widely in the search of another possibility of the economic production that is capable to promote qualitative improvements through the productive activity, generating development and sustentability. As development instrument, the tourist activity needs to configure in process that aims, at beyond the dynamism and economic growth, the direct improvement of the quality of life of the population in inserted it. This quality of life and valuation can be gotten through the generation of jobs and income that truly value its beneficiary right-handers and that its results add real quality. Thus, with this perspective of understanding the relations of generated work and income in the interior of the tourist activity, the inherent quality and the real generated development that this research is presented, desiring to fill a gap in the target of the analyses of the work market of the sector of the tourism, its relations with the space and dynamism and decurrent improvement of it. This aim showed an adverse economic context to the development. The founded economic scene in the state of the Ceará related to on activities to the Tourism points that the desired social and economic development comes being relegated the inferior conditions to the economic growth, therefore the workers, probable first beneficiaries of the impacts generated for the sector, did not feel these increases, therefore its purchasing power and of consequent improvement of life did not follow the increases lived deeply for the sector.

Key-words: Productive Chain of the Tourism, Social and Economic Development, Market of Work, Income.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Universo Amostral adotado a partir da PNAD- IBGE	23
Quadro 02 – Similitudes entre as Teorias Desenvolvimentistas	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Etapas da Pesquisa	25
Figura 02 – Cadeia Produtiva do Turismo	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Desembarques internacionais de turistas em diversas regiões do mundo	55
Tabela 02 – Chegada de turistas no Brasil, segundo principais países emissores – 2008	58
Tabela 03 – Chegada de turistas ao Brasil	60
Tabela 04 – Fluxo turístico nos estados nordestinos em 2008	61
Tabela 05 – Média anual de ocupação em empresas turísticas por região - 2007 (em milhares - dados preliminares)	63
Tabela 06 – Evolução do emprego turístico celetista (média anual) em 10 capitais brasileiras no período 2003-2007	64
Tabela 07 - Remunerações médias nominais em reais segundo regiões e segmentos (Dados GFIP/Dezembro-2007)	65
Tabela 08 – Participação de cada atividade inerente ao turismo no total de emprego e renda do setor no Ceará no ano de 2003	73
Tabela 09 – Média salarial e de anos estudados por cada atividade inerentes ao turismo no Ceará no ano de 2003	74
Tabela 10 – Participação de cada atividade inerente ao turismo no total de emprego com a respectiva média salarial e a média de anos estudados por cada atividade no Ceará no ano de 2004	76
Tabela 11 – Participação de cada atividade inerente ao turismo no total de emprego por setor no Ceará em 2006	78
Tabela 12 – Escolaridade média e rendimento médio por setores no Ceará em 2007	81
Tabela 13 – Escolaridade média e rendimento médio no setor turístico (2003 – 2007)	82
Tabela 14 – Evolução do salário mínimo no Brasil (2003 – 2007)	82
Tabela 15 – Receita turística e impacto sobre o PIB no Ceará (2003/2007) ...	83

Tabela 16 – Escolaridade média e rendimento médio por setores em 2006 .. 84

Tabela 17 – Escolaridade média e rendimento médio por setores no Ceará . 87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução da demanda turística via Fortaleza – 1996/2008	60
Gráfico 02 – Taxa de interiorização do fluxo turístico para o Ceará via Fortaleza – 1998/2008	62
Gráfico 03 – Sazonalidade da taxa de ocupação nas capitais do Nordeste – 2008	66
Gráfico 04 – Distribuição dos trabalhadores por faixa salarial (em salários mínimos) no Ceará em 2003	73
Gráfico 05 – Nível de escolaridade dos trabalhadores do setor turístico no Ceará em 2003	75
Gráfico 06 – Média de anos de estudo por segmento econômico no Ceará em 2005	77
Gráfico 07 – Participação de cada atividade inerente ao turismo no total de renda gerada pelo setor no Ceará no ano de 2006	77
Gráfico 08 – Média salarial por segmento econômico no Ceará em 2006.	79
Gráfico 09 – Nível de escolaridade dos trabalhadores do setor turístico no Ceará em 2006	79
Gráfico 10 – Participação de cada atividade do turismo no total de empregos e de renda do setor no Ceará em 2007 (%)	80
Gráfico 11 – Nível de escolaridade dos trabalhadores do setor turístico no Ceará (2003-2007)	84
Gráfico 12 – Nível de formalidade nas ocupações no turismo no Ceará (2003-2007)	85
Gráfico 13 – Distribuição laboral por segmento econômico ligado ao setor turístico no Ceará (2003-2007)	86
Gráfico 14 – Distribuição Laboral acumulada no período (2003-2007)	86
Gráfico 15 – Níveis salariais do conjunto de trabalhadores do setor turístico no Ceará entre 2003-2007	88

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	07
LISTA DE FIGURAS	08
LISTA DE TABELAS	09
LISTA DE GRÁFICOS	11
1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Importância do tema em estudo	14
1.2. Problemática e Problema de Pesquisa	16
1.3. Objetivos	19
1.4. Metodologia	19
1.4.1. Procedimentos Metodológicos	21
2. TURISMO E DESENVOLVIMENTO: FACES CORRELACIONADAS DE UM MESMO PROCESSO?	28
2.1. Desenvolvimento: um conceito em evolução	29
2.2. Turismo e desenvolvimento: inter-relações e perspectivas	38
3. CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO: O ESCOPO DE SUAS ATIVIDADES	48
3.1. Fundamentos e dimensões do setor turístico: aspectos conceituais	48
3.2. Resultados do turismo no ambiente econômico internacional e nacional	54
3.2.1. O setor turístico no contexto internacional	54
3.2.2. O setor turístico no Brasil	57
3.2.3. Empregabilidade e turismo no Brasil: aspectos gerais	62
3.3. Setor turístico: algumas considerações	65
4. EMPREGABILIDADE E RENDA GERADAS PELA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO NO CEARÁ	69

4.1. Base de dados e metodologia de estudo	69
4.2. Segmentos turísticos no Ceará: aspectos descritivos	72
4.3. Evolução do setor turístico no Ceará entre 2003 e 2007: fator para o desenvolvimento?	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93

1. INTRODUÇÃO

É com a perspectiva de se compreender as relações de trabalho e renda gerados no interior da atividade turística, a qualidade inerente a elas e o real desenvolvimento gerado que essa pesquisa se apresenta, intencionando preencher uma lacuna no escopo das análises do mercado de trabalho do setor turístico, as relações desse com o espaço e dinamismo e melhoria decorrente dele. Discorrer-se-á pela relevância desse estudo, bem como pela problemática vista, problemas levantados a partir desta. Aliado a isso, se exporá quais objetivos esse trabalho se propõe a atingir e qual a metodologia utilizada para atingir esse fim.

1.1. IMPORTÂNCIA DO TEMA EM ESTUDO

O turismo enquanto fenômeno social, político, econômico e cultural vem sendo praticado ao longo dos tempos de acordo com as características de cada povo e de cada época. A prática do turismo foi se modificando e se moldando às novas necessidades que surgiram e, na atualidade, segundo a Organização Mundial de Turismo - OMT, o este se coloca entre os três mais importantes segmentos do comércio mundial em um contexto caracterizado por grandes transformações sociais e econômicas.

Ao se lançar um olhar mais profundo à dimensão e às proporções que o turismo pode assumir, percebe-se a importância de entender como a atividade se configura e irradia seus impactos no interior dos contextos socioeconômicos aos quais se fixa.

Sua importância pode repercutir no campo das atividades econômicas no contexto mundial moderno e adentra a perspectiva de instrumento conciliador para o entendimento social e cultural entre os diferentes povos. Configura-se também como

elemento que busca propiciar um contato mais estreito entre o homem e o meio natural, gerando a preocupação com a preservação dos diversos elementos naturais e culturais que cercam o mundo, assim como a preocupação com o surgimento de práticas dentro de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável e com um olhar voltado para o local.

Ao se intencionar estudar as configurações e arranjos que o turismo pode assumir como vetor de desenvolvimento econômico e social, percebe-se a relevância de se constatar os impactos e benefícios advindos de sua prática.

É inegável que o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo surge como meio potencial importante para a geração de emprego e renda dado as dotações de recursos naturais e sociais e, relativa, baixa intensidade tecnológica envolvida no setor. A importância da atividade turística é notória, pois tem sido possível elemento propulsor de desenvolvimento socioeconômico, além de possibilitar à população oportunidades de melhoria da qualidade de vida.

O presente trabalho surge da necessidade de se compreender a dinâmica empreendida pela atividade turística. Em decorrência dos discursos acerca desta atividade e seus encadeamentos enquanto geradores de emprego e renda e como fator de desenvolvimento local é que se justifica a presente pesquisa, uma vez que em primeiro plano não se questiona a configuração dos empregos e das rendas gerados pelo turismo. Outra justificativa se pauta no não questionamento da pertinência desse modelo de “desenvolvimento” e de sua efetiva eficácia na realidade local.

A pesquisa é relevante ainda sob outros aspectos. Do ponto de vista econômico, ela oferece uma contribuição à análise dos efeitos do turismo no desenvolvimento da região devido à compreensão dos elementos gerados pela atividade: o emprego e a renda. Do ponto de vista político, a pesquisa procura apontar o delineamento e dimensão da cadeia do turismo de forma a orientar os formuladores das políticas de desenvolvimento. Além disso, ajuda a identificar a verdadeira importância do turismo dentro da economia, seu potencial, seu peso, sua demanda e suas interconexões com as diversas atividades econômicas.

1.2. PROBLEMÁTICA E PROBLEMA DE PESQUISA

O turismo é um dos setores que apresenta maior crescimento na atualidade. No Brasil e, especialmente, no Nordeste, o referido setor apresenta uma dinâmica caracterizada por um relevante peso de participação na economia. Devido à maior diversidade climática, geográfica e cultural, vários pontos do país configuram-se como destinações potenciais dos turistas domésticos e estrangeiros.

Neste contexto de evolução econômica da atividade, pode se observar que nas últimas décadas outro modelo tem sido discutido e analisado amplamente por diversos setores sociais na busca de outra possibilidade da produção econômica que seja capaz de promover melhorias qualitativas através da atividade produtiva, gerando desenvolvimento e sustentabilidade na localidade, na região ou no território.

Um dos princípios difundidos largamente no início do século XXI é que a atividade turística deve promover benefícios não somente econômicos, mas também sócio-culturais e ecológicos. Uma vez “garantido” esse benefício a uma maior parcela de determinada localidade, cria-se melhores condições para que haja uma maior inclusão social, fazendo com que a população local seja incluída em todos os processos de planejamento turístico, promovendo (ou tentando promover) assim uma maior equidade sócio-cultural e uma melhor qualidade de vida a um maior número de pessoas possíveis.

O turismo é reconhecidamente uma atividade econômica e tem como um de seus objetivos alcançar a taxa de lucro e de retorno. No entanto, o turismo também passou a ser reconhecido enquanto uma atividade capaz de gerar novas oportunidades de empreendimento, de emprego e de desenvolvimento capaz de propiciar inclusão social, ou seja, uma atividade que favorece a todos os atores sociais, o privado, o público e a população local.

Neste contexto, devem ser delineados para a cadeia produtiva do turismo planejamentos que respeitem as potencialidades locais e busquem incorporar uma maior parcela da população local em seu escopo, garantindo um real desenvolvimento econômico e sócio-cultural local.

Não se contesta que o turismo enquanto atividade econômica compreende em sua dinâmica direta e indireta o fato de necessitar de intensa mão-de-obra para as distintas operacionalizações das diferentes ocupações existentes em sua extensa cadeia produtiva¹. Inspirada pela clássica metáfora da “indústria sem chaminés”, a atividade turística tem se disseminado em caráter dinâmico via colaboração direta de mecanismos governamentais, empresariais e esforços de mídia na divulgação do setor.

Contudo, contrariando esse discurso superficial sobre o turismo que busca apenas apontar os benefícios imediatos da atividade, não se detendo numa análise mais crítica de seus efeitos de encadeamento e conseqüências, estudos apontam para a precariedade das relações inerentes ao setor turístico. Pode-se observar precariedade marcante na questão do trabalho na atividade turística ao constatar a existência de exploração da força de trabalho, em que a maioria da massa de trabalhadores se situa nos níveis operacionais. Constata-se ainda a instabilidade e condição precária das relações laborais evidenciadas pela fraca qualificação do trabalho, baixa produtividade, flutuação de pessoal (trabalho com caráter transitório e/ou sazonal), grande número de trabalhos temporários, baixo nível de remuneração comparativamente a outros segmentos econômicos, baixo grau de sindicalização entre outros elementos.

Tal cenário contradiz, de certa forma, o discurso da atividade turística como “fantástica indústria de sonhos”. Estas afirmações apontam contradições do discurso do turismo como motor de geração de emprego e renda, uma vez que não se questiona a configuração dos empregos, quer formais ou informais, gerados pela atividade.

Como instrumento de desenvolvimento sustentável, faz-se relevante que a atividade turística se configure em processo endógeno que vise além do dinamismo e crescimento econômico a melhoria direta da qualidade de vida da população nela inserida bem como a valorização do entorno geográfico e sócio-cultural na qual a atividade se desenvolve. Esta qualidade de vida e valorização pode ser obtida através da geração de empregos e renda que verdadeiramente valorizem seus beneficiários diretos e que agreguem qualidade real a seus

¹ Meios de hospedagem, Agências de Viagens e Turismo, Alimentos & Bebidas, Transportes, entretenimento, eventos, operadoras de câmbio, locação de veículos etc.

resultados mostrando uma verdadeira relação entre discurso e realidade vivenciados pelo setor turístico.

Assim, com essa perspectiva de se compreender as relações de trabalho e renda gerados no interior da atividade turística, a qualidade inerente a elas e o real desenvolvimento gerado que essa pesquisa se apresenta, intenciona-se preencher uma lacuna no escopo das análises do mercado de trabalho do setor turístico, as relações desse com o espaço e dinamismo e melhoria decorrente dele.

Assim sendo, para entender a configuração que o turismo assume no interior das economias e como ele desencadeia um almejado desenvolvimento socioeconômico, teve-se o seguinte questionamento que norteia esse trabalho:

- *Como se configuram o emprego e a renda laboral gerados pela cadeia produtiva do turismo na economia cearense? Esta configuração é fator para o desenvolvimento socioeconômico?*

Algumas questões de cunho teórico surgem a partir deste questionamento norteador:

- *O que se entende por “desenvolvimento”? Quais correntes e teorias sustentam as idéias e ideais desenvolvimentistas?*
- *Quais as inter-relações conceituais entre Turismo e Desenvolvimento?*
- *Qual o delineamento da Cadeia Produtiva do Turismo?*

Questionamentos de cunho prático também se configuram:

- *Como se dá a distribuição de renda gerada pelo turismo no interior da economia cearense?*
- *Como se dá a empregabilidade no mercado de trabalho turístico no Ceará?*
- *Como se configura a qualidade do emprego e renda gerados pela atividade turística desenvolvida no estado?*
- *Quais efeitos podem ser percebidos pela empregabilidade turística e pela renda gerada por esses postos laborais?*

1.3. OBJETIVOS

Tendo o Turismo e *Desenvolvimento* como mola propulsora do presente trabalho, acredita-se na importância de se entender como se caracteriza o mercado de trabalho, a empregabilidade e a geração de renda na atividade turística no estado do Ceará de forma a perceber como estas se configuram em um elemento real de desenvolvimento para o estado e, conseqüentemente, para o Nordeste e o Brasil.

Ao se tentar empreender esta pesquisa, tem-se como objetivo geral:

- *Analisar o mercado de trabalho, a empregabilidade e a geração de renda do setor turístico no estado do Ceará e sua relação com uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico.*

Em termos de objetivos específicos, têm-se:

- *Relacionar os escopos teóricos do Turismo e do Desenvolvimento Econômico;*
- *Traçar um panorama da dimensão da atividade turística a partir das informações sobre ocupação e renda do trabalho;*
- *Caracterizar a atividade turística em termos de empregabilidade e renda gerada através do trabalho no setor turístico;*
- *Discutir a pertinência do modelo turístico adotado para a geração de emprego e renda para a região cearense.*

1.4. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos neste estudo, foi necessário primeiramente construir um referencial teórico, que deu sustentação ao estudo e, em

seguida, investigar-se para a parte empírica. Para concretização deste trabalho, dois campos teóricos são aqui utilizados: Turismo e Desenvolvimento.

- *As Teorias Desenvolvimentistas*

Nesta pesquisa, são expostos alguns pensamentos e ideias que alicerçam o pensamento desenvolvimentista sem, contudo, assumir qualquer posicionamento acerca de qual teoria se aplica melhor ou internaliza da melhor forma os benefícios oriundos no interior de quaisquer localidades.

Aos estudos desenvolvidos que incluem em seus escopos a perspectiva da globalização são especialmente dados maior importância por se entender que a dinâmica da atividade turística tem que ser entendida no contexto global atual e como atividade que sofre fortemente seus impactos.

Assim, parte-se para as interconexões dos temas turismo e desenvolvimento de forma a se entender como a atividade turística se apropria dessas ideias e as aplica nas realidades nas quais enraíza suas atividades.

- *O Turismo e sua dinâmica*

Ao se delinear os contornos que a cadeia produtiva do turismo pode assumir, se faz primeiro necessário entender o conceito de turismo e quais elementos caracterizam essa atividade econômica. Assim sendo, torna-se possível perceber o que se entende por turismo, como a atividade turística apresenta-se nos diversos contextos nos quais atua e quais benefícios são inicialmente estudados e apontados para a atividade.

A partir dos objetivos aqui propostos, esta pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, pois proporciona uma visão geral de um problema sobre o qual existe pouca geração de conhecimento e, também, descritiva por pretender descrever as características e implicações deste fenômeno.

Por outro lado, partindo-se de sua abordagem, foram utilizados elementos quantitativos disponíveis em fontes como IBGE, IPEA e dados colhidos pelos órgãos oficiais do Turismo, como a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR/CE. Quanto aos procedimentos, este trabalho classifica-se como estudo de caso, uma vez que se procura responder às questões como e por que certos fenômenos acontecem em uma dada realidade ou contextos específicos.

1.4.1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Uma vez apropriado dos conceitos de desenvolvimento e como estes são aplicados no contexto da atividade turística e de se entender os possíveis contornos que o setor turístico pode assumir teoricamente na sociedade, ainda como ele de fato impacta a sociedade e compreendendo qual o dimensionamento desta pesquisa, faz-se necessário empreender a tentativa de dimensionar a cadeia produtiva do turismo e os principais elos de sua composição e, assim, partir para suas configurações e interações na economia cearense.

Ao fazê-lo, esbarra-se na necessidade de segmentá-las a partir da natureza definidora de sua ação e a partir do perfil do agente consumidor e sua utilização dos serviços. Como atividade ligada ao setor terciário, muitos dos setores inerentes ao turismo não são exclusivos destes. Ainda que se reconheça este fator limitante de pesquisa, faz-se premente (re)conhecer os segmentos econômicos elencados que estão mais diretamente ligados à totalidade da atividade turística.

O método aqui adotado e levado a efeito, não se distanciando das definições oficiais, partiu do tripé básico que dá sustentabilidade à cadeia com acréscimo das atividades correlatas mais intrinsecamente atreladas ao fenômeno turístico. O tripé básico do turismo se compõe de: os segmentos ligados ao **deslocamento**; os segmentos ligados ao **alojamento** e os segmentos ligados à **alimentação**. Corroborando com essa dinâmica, têm-se: as atividades de **lazer e entretenimento**; o segmento de **locação de veículos** e as atividades de **agenciamento e guiamento de viagens**.

O universo amostral utilizado foi colhido na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, elaborada e realizada pelo IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Para o presente trabalho foram utilizados os dados colhidos entre os anos de 2003 e 2007, período que corresponde aos primeiros anos do Governo Lula, no qual se tiveram os mais significativos avanços das políticas públicas voltadas ao turismo com a criação do Ministério do Turismo e execução do Plano Nacional do Turismo, ambos lançados em 2003.

Para delimitação dos setores, empregou-se a segmentação adotada pelo IBGE, que separa a força de trabalho pelos seguintes conjuntos de atividades econômicas:

- *Agrícola*: engloba as atividades do setor primário.
- *Indústria*: engloba as atividades do setor industrial com exceção da indústria de transformação.
- *Indústria de Transformação*: engloba as atividades industriais de transformação.
- *Construção*: engloba as atividades ligadas à construção civil.
- *Comércio e Reparação*: engloba as atividades de comercialização.
- *Alojamento e Alimentação*: engloba as atividades de hospedagem e alimentação (inclusive ambulantes).
- *Transporte, Armazenagem e Comunicação*: engloba as diversas modalidades de transporte e armazenagem, atividades de comunicação bem como as atividades de agenciamento de viagens.
- *Administração Pública*: engloba as atividades inerentes ao poder público.
- *Educação, Saúde e Serviços Sociais*: engloba as atividades educacionais, de saúde e demais serviços sociais.
- *Serviços Domésticos*: engloba os serviços prestados em domicílio.
- *Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais*: engloba os demais serviços pessoais e, entre estes, as atividades relacionadas ao lazer e entretenimento.
- *Outras Atividades*: engloba demais atividades e, entre estas, as atividades de locação/aluguel de veículos.

QUADRO 01 – UNIVERSO AMOSTRAL ADOTADO A PARTIR DA PNAD – IBGE

SEGMENTAÇÃO	CODIFICAÇÃO IBGE	GRUPAMENTO DE ATIVIDADE (CÓDIGO)	GRUPAMENTO DE ATIVIDADE (DESCRIÇÃO)
Alojamento e Alimentação	06	55010 55020 55030	Alojamentos Alimentação (Ambulantes) Alimentação
Transporte, Armazenagem e Comunicação	07	60040 60091 62000 63030	Transporte Rodoviário de Passageiros Transporte em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos Transporte Aéreo Agencias de Viagens e organizadoras de viagens
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	11	92040	Atividades relacionadas ao lazer
Outras Atividades	12	71010	Aluguel de veículos

Fonte: O autor

Neste conjunto de atividades, foram selecionados todos os entrevistados que possuíam ocupação inerente à segmentação adotada e neste universo amostral levantado pelo IBGE nos anos já apontados, selecionaram-se os entrevistados que atendiam aos seguintes critérios:

- Possuir alguma ocupação laboral na semana adotada pelo IBGE como referência em cada ano escolhido para a aplicação da pesquisa;
- Em caso negativo da premissa anterior, possuir alguma ocupação laboral nos 365 dias anteriores a semana adotada pelo IBGE como referência;
- Possuir ocupações ligadas aos segmentos adotados para esse estudo (Transporte Rodoviário de Passageiros, Transporte Aéreo, Hospedagem, Alimentação, Agências de Viagens e Turismo - incluindo-se aqui as atividades do Guia de Turismo, Aluguel de Veículos e Lazer).

Uma vez escolhidos os entrevistados estudados e divididos pela segmentação adotada, coletou-se as seguintes informações:

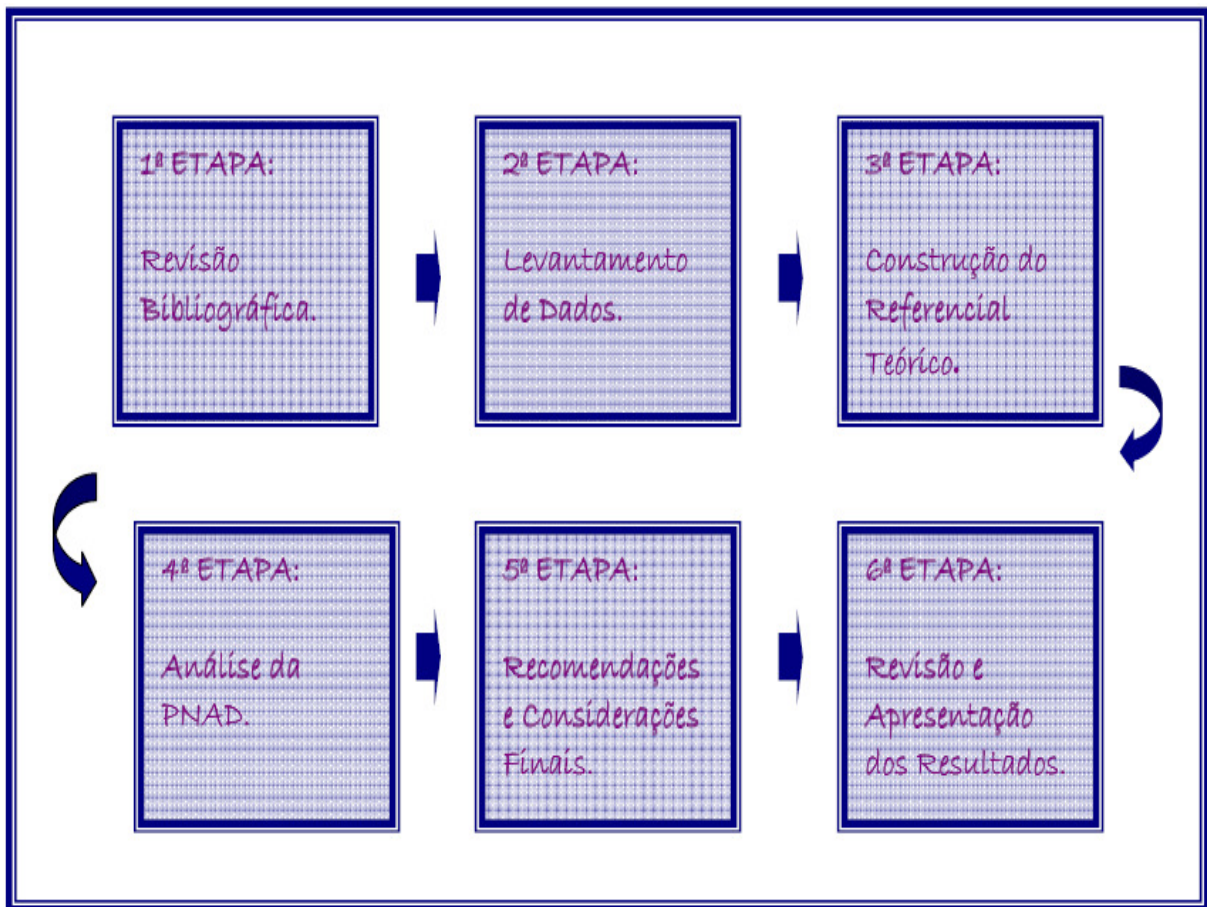
- Dados referentes à renda mensal declarada;
- Escolaridade declarada;
- Números de anos de estudos;
- Existência ou não de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

Ressalta-se que ao se selecionar os entrevistados e se coletar os microdados existentes, consideraram-se *todos* os pesquisados que possuíam alguma ocupação dentro do universo acima declarado, incluindo-se, assim, todos os trabalhadores com idade superior a 10 anos – idade limite para caracterização da População Economicamente Ativa/PEA, segundo a metodologia adotada pelo IBGE.

Destaca-se que há casos em que a renda mensal auferida por cada trabalhador é ignorada e/ou não foram declaradas pelos entrevistados, bem como há casos ainda que os entrevistados afirmam ser “trabalhadores não-remunerados”, auferindo portanto renda igual a R\$ 0,00 (zero), não os excluindo deste levantamento, uma vez que sua inclusão nos permite perceber o dimensionamento de cada segmento estudado na totalidade de atividades ligadas ao turismo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, segue-se a seguinte estrutura, disposta na figura abaixo.

FIGURA 01 – ETAPAS DA PESQUISA



Fonte: O autor

- **Etapa 01 – Revisão Bibliográfica:** nesta etapa, realizou-se o levantamento de dados e de informações primários e secundários necessários à pesquisa, através de pesquisa bibliográfica direta e pela Internet, visando-se aprofundar os temas enfocados pela pesquisa. Ainda neste período, delimitou-se a problemática que orientou o trabalho, bem como o universo de estudo adotado para pesquisa.
- **Etapa 02 - Levantamento de dados e informações:** nesta etapa foram colhidos dados estatísticos junto ao IBGE, especialmente oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD entre os anos de 2003 e 2007. Além destes dados foram coletadas outras informações relevantes junto ao IPEA e a sua pesquisa desenvolvida acerca do Emprego no Turismo.

- **Etapa 03 – Construção do Referencial Teórico:** nesta fase os esforços foram voltados para a realização da análise teórica, bem como para construção das idéias basilares que orientaram esta pesquisa.
- **Etapa 04 – Análise da PNAD/IBGE:** nesta etapa metodológica foi realizada uma análise dos microdados da PNAD no período estabelecido, tendo como finalidade caracterizar o mercado de trabalho do turismo dentro de suas atividades principais e observar a configuração do emprego e renda gerados por esta dentro da economia cearense.
- **Etapa 05 - Recomendações e Considerações Finais:** Nesta etapa os esforços se voltaram para o desenvolvimento das principais conclusões, recomendações e sugestões acerca do tema desencadeador desta pesquisa.
- **Etapa 06 - Redação e Revisão da Dissertação e Apresentação dos Resultados:** nesta última etapa foram realizadas a redação e a revisão da dissertação, bem como a preparação para a defesa da mesma.

A presente pesquisa está estruturada em 05 (cinco) partes, abrangendo o referencial teórico e a análise dos dados colhidos e a consequente delimitação da empregabilidade e rendas oriundas do setor turístico.

Na parte introdutória se encontra a contextualização do trabalho, discorrendo-se sobre aspectos como: importância e justificativa do tema, a problemática e as questões da pesquisa, os objetivos, a metodologia utilizada e a estrutura utilizada neste estudo.

Na segunda parte, analisam-se os pressupostos conceituais das teorias desenvolvimentistas e quais as implicações que esse escopo tem sobre a dinâmica da atividade turística e sobre seus aspectos conceituais.

Segue-se a terceira parte que tenta descrever a importância do turismo através de seu delineamento em níveis internacional, nacional, regional e local. Para tal delineamento, utiliza-se a visão econômica que aponta os impactos diretos e expressivos do turismo em termos de fluxos turísticos, renda gerada, impactos sobre

o PIB, entre outros. Ressalta-se também uma abordagem dos conceitos e pressupostos que definem o turismo, a natureza de suas atividades e os contornos que assumem sua cadeia produtiva para então se adentrar no seu comportamento econômico.

Na quarta parte, aponta-se a metodologia utilizada para o estudo da interação dos campos de análise (cadeia produtiva do turismo, desenvolvimento, empregabilidade e renda), tendo como subsídios os microdados disponíveis a partir da Pesquisa de Amostra de Domicílios – PNAD realizada pelo IBGE no período de 2003-2007. Esta parte também aponta os resultados obtidos pela análise destes dados através de um quadro descritivo do comportamento da atividade turística em termos de ocupação laboral, rendimento mensal e escolaridade.

Na parte final, retorna-se ao arcabouço teórico que serviu de sustentáculo para o desenvolvimento da pesquisa e analisam-se os resultados encontrados, apontando as indicações gerais e as considerações e conclusões finais a cerca do tema abordado neste estudo. E por fim, apresentam-se as referências bibliográficas utilizadas.

2. TURISMO E DESENVOLVIMENTO: FACES CORRELACIONADAS DE UM MESMO PROCESSO?

O contexto mundial vem sendo marcado por uma onda de importantes mudanças econômicas, sociais, culturais e geopolíticas. Essa onda de globalização assinala um novo período no qual a tecnologia e a informação constituem um novo meio onde a sociedade (re)produz seu espaço. No contexto destas mudanças, vem ocorrendo uma expansão acelerada associada à dinamização dos processos econômicos, aumento da circulação de capitais, dos fluxos financeiros, enfim a uma tendência da economia mundial a sua internacionalização.

Nesse processo, se observa um aumento do consumismo e dos serviços, tendo o turismo recebido um maior destaque. De acordo com a Organização Mundial do Turismo - OMT, o rápido crescimento das correntes turísticas nas últimas décadas continuará até chegar a ser o segmento mais importante do planeta (MAZARO; VARZIN, 2008). Para se fazer frente aos desafios implícitos nesse cenário, faz-se necessário atrelar ao desenvolvimento da atividade turística uma preocupação com o meio ao qual se insere, promovendo um verdadeiro desenvolvimento das destinações em todos os níveis. Assim, promover o desenvolver do turismo pressupõe a necessidade de se avançar até modelos de interpretação do sistema turístico estruturado a partir de novos valores orientados a atenuar os seus impactos.

A atual gestão da atividade turístico somente será eficaz e com qualidade para os turistas quando proporcionar qualidade de vida para os habitantes das localidades a qual se insere, assegurando que seu desenvolvimento seja benéfico para todos os envolvidos no processo. Para tal intento, faz-se imprescindível a compreensão dos pressupostos que alicerçam a idéia de um desenvolvimento econômico que corrobore para o alavancamento da localidade onde a atividade se insere, visando um alargamento das possibilidades de dinamização desta sob um olhar mais voltado para o local.

2.1. DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO

Um dos grandes desafios da sociedade é promover o desenvolvimento centrado no homem. Para tanto, o desenvolvimento não deve ser entendido apenas como sinônimo de crescimento econômico, embora muitos contribuam para reduzi-lo a este significado.

O chamado desenvolvimento econômico é, basicamente, o binômio formado pelo crescimento econômico (mensurável por meio do Produto Nacional Bruto - PNB ou Produto Interno Bruto - PIB) e pela modernização tecnológica, em que ambos se estimulam reciprocamente. O desenvolvimento, na tentativa de extrapolar o campo econômico, precisa ser entendido como “um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça” (COROLIANO, 200: 162).

Segundo Coriolano (Op. Cit.: 162), “pensar este tipo de desenvolvimento pode ser aparentemente simples, mas encerra uma revolução de idéias e práticas sociais, que passam a orientar as pessoas e as organizações para a produção e consumo partilhados”. Assim sendo, pensar em desenvolvimento remete à ideia de fazer as nações pobres marcharem rumo à superação de suas pobreza e limitações.

Segundo Souza (2002), o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas tendo no crescimento econômico uma condição indispensável para que este ocorra, mas não uma condição suficiente. Bresser-Pereira aponta o desenvolvimento econômico como um

processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. (BRESSER-PEREIRA, 2006: 09)

Assim sendo, o desenvolvimento econômico precisa necessariamente implicar em transformações nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural.

Pode-se apreender que o desenvolvimento só será realmente benéfico para a sociedade se promover, além de seu crescimento econômico – expresso no aumento do PIB local –, profundas, marcantes e constantes mudanças na qualidade de vida do local no qual acontece.

Existem inúmeras teorias que se relacionam com a idéia de desenvolvimento (e, conseqüentemente, de subdesenvolvimento), tais como: dos Estágios de Crescimento Econômico, Estruturalista Internacional, do Neoliberalismo do Falso Paradigma, da Dependência Econômica, dos Sistemas Mundiais, dos Países Centrais e Periféricos, do Círculo Vicioso da Pobreza, do Imperialismo, do Capitalismo Tardio, da Globalização, do Desenvolvimento Sustentável entre tantas.

Coriolano (2003) reúne as teorias desenvolvimentistas segundo as similitudes em sua compreensão do fenômeno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Esta autora agrupa algumas dessas sob a denominação de teorias de desenvolvimento consensuais, quer modernas ou tradicionais conservadoras que adotam a premissa do continuísmo histórico.

Há, ainda, as teorias críticas de desenvolvimento que adotam os pressupostos do materialismo histórico e os fundamentos alicerçados nas relações sociais de produção que se contrapõem aos da ideologia burguesa.

Na atualidade, apontam-se as chamadas teorias da globalização e que oferecem subsídios à compreensão do desenvolvimento inserido na chamada aldeia global, fundamentadas na noção de modernidade.

O desenvolvimento, na atualidade, ocorre em escalas globais e locais. É, portanto, nesse contexto de globalização que se precisa entender este processo. A globalização redimensiona as dimensões de espaço e tempo. O mundo, inserido nessas mudanças, vai se transformando em território de tudo e de todos onde pessoas, coisas e idéias se desterritorializam e reterritorializam, adquirindo novas formas de territorialização (IANNI, 1995).

QUADRO 02 – SIMILITUDES ENTRE AS TEORIAS DESENVOLVIMENTISTAS

TEORIAS CONSENSUAIS	TEORIAS CRÍTICAS	TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> • Subdesenvolvimento é o estágio original para se chegar ao desenvolvimento; • O desenvolvimento é um processo com fases e etapas; • Desenvolvimento equivale a crescimento econômico; • O desenvolvimento é resultado da modernização; • Os principais agentes desse processo são os empresários; • As empresas são prioridades; • Existe um único caminho para modernização; • Mudanças de conjuntura, não estruturais; • A sociedade se sustenta à base do consenso e não do conflito; • O estado é neutro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento é determinado pela relação do trabalho com o capital; • O trabalho é o meio pelo qual se produz riquezas; • A infra-estrutura explica os fenômenos sociais; • A infra-estrutura determina a superestrutura • A infra-estrutura e a superestrutura configuram o modo de produção; • O Estado é mediador dos interesses do capitalismo; • A passagem de um modo a outro se dá pelo conflito; • O capitalismo é incompatível com igualdade e solidariedade; • Para algumas teorias, existe saída dentro do capitalismo; para outras, não há saída, salvo na desconstrução do modelo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Existe interdependência entre as nações; • Modernização do mundo; • Existem economias mundiais; • Há uma internacionalização do capital; • Vive-se numa aldeia global; • Percebe-se uma marcante racionalização do mundo; • Unicidade de técnicas; • Novas tecnologias são privilegiadas; • Há a convergência dos momentos; • Existe uma dialética entre o global e local; • A globalização e a fragmentação.

Fonte: Adaptado de CORIOLANO, 2003: 163 -164.

Assis (2003) aponta que a globalização não cria uma homogeneização dos espaços e das culturas, pois as distinções permanecem e são perceptíveis nos lugares. A globalização se insere na lógica do desenvolvimento desigual e combinado ao capitalismo, fazendo com que a difusão dos objetos e a incidência das ações modernas não sejam uniformes em todos os lugares do planeta. A globalização se apresenta como um processo excludente e seletivo.

Percebe-se que o contexto de globalização gera impasses ao processo de desenvolvimento, uma vez que para que este ocorra equilibradamente faz-se necessário pensar na inclusão de todos os atores na construção desse processo sem gerar exclusões e/ou acepções. Estas barreiras precisam ser superadas uma vez que no processo de globalização, o global e o local influenciam-se mutuamente. Nessa influência mútua, o local pode se beneficiar com aprendizado junto ao global e este, por sua vez, pode corroborar para dinamização e preservação das características locais.

Nas últimas décadas, as teorias do desenvolvimento passaram a considerar a globalização no seu arcabouço, permitindo uma análise diferenciada do processo, promovendo uma percepção mais ampla dos aspectos que o cercam. Dentre as diversas dimensões que caracterizam a globalização, a ambiental vem ganhando destaque. Devido à degradação crescente do meio ambiente, sua preservação ganhou conotações de “questão global”, passando a aldeia global a lançar olhares e preocupar-se com os impactos gerados sobre o meio.

Na década de 1980, um modelo de desenvolvimento surgia no contexto dessas preocupações. A idéia de *Desenvolvimento Sustentável* passa a ser “tarefa obrigatória” aos governos para assim tornar real o tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica (BRÜSEKE *apud* ASSIS, 2003).

Definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAAD *apud* BUARQUE, 1999: 29; BRÜSEKE *apud* ASSIS, 2003: 134), o Desenvolvimento Sustentável e seus pressupostos partem de uma nova perspectiva de desenvolvimento, tentando assegurar a permanência e a continuidade, em médio e longo prazos, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

O desenvolvimento visto como sustentável se configura em resposta aos problemas e desigualdades sociais, comprometendo a satisfação das necessidades de uma parcela significativa da população mundial; é, assim, uma resposta ao processo desenfreado de degradação ambiental gerado pelo estilo de crescimento predador difundido globalmente que tende a limitar as oportunidades das gerações futuras.

Buarque (1999) aponta que os objetivos do Desenvolvimento Sustentável envolvem relações complexas entre as variadas dimensões da realidade – econômica, social, ambiental, tecnológica e institucional – com processos e dinâmicas nem sempre convergentes e combinados no tempo e espaço.

O Desenvolvimento Sustentável tem que estar cimentado em uma nova base ética, por demandar uma solidariedade social e a necessidade de subordinação da dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente. Um dos desafios do Desenvolvimento Sustentável diz respeito à inclusão dos atores sociais promotores desse desenvolvimento. A sociedade, através de suas organizações se constitui uma força propulsora indispensável para fazer valer uma nova realidade.

No âmbito econômico, a sustentabilidade do desenvolvimento se dará pela eficiência do modelo em garantir um crescimento econômico que atenda ao dinamismo do mercado e possibilite a incorporação do maior número possível de beneficiários diretos e indiretos aos resultados desse crescimento, de forma a reverter e/ou minimizar as disparidades no padrão de distribuição de renda.

A dimensão ambiental do Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, se dará pela preocupação com a utilização de técnicas e processos de produção comprometidos com a preservação e a recuperação do meio natural, o que significa um controle sobre ações poluentes e devastadoras do meio ambiente.

Vale ressaltar que não existe consenso sobre a eficácia da proposta de desenvolvimento sob a alcunha de sustentável, uma vez que há fragilidades em torno de seu conceito. Assis (2003) aponta questionamentos acerca de se pensar numa ideia de sustentabilidade em uma sociedade movida pelo consumo insaciável de mercadorias ou, ainda, se ignorar a relação entre os países ricos e países pobres que configuram uma “nova ordem mundial”, isto é, as relações entre países grandes

consumidores e, conseqüentemente, responsáveis por maiores impactos e os países que servem como plataformas de exportação de produtos primários, gerando impactos e escassez de muitos de seus recursos naturais.

Existe ainda outra fragilidade do conceito que reside na falta de clareza ou de mecanismos concretos que possibilitem o uso racional dos recursos, garantindo a qualidade de vida atual e das gerações vindouras. Assim sendo, Rodrigues questiona:

Se as gerações presentes não estão sendo atendidas em suas necessidades mínimas e muito menos ouvidas, o que dizer das gerações que sequer estão fisicamente presentes para fazer qualquer solicitação? Pensar nas gerações futuras, mantendo as condições da presente não é, contraditoriamente negar a possibilidade de desenvolvimento ilimitado, negar a crença na tecnologia como uma forma de resolver os problemas presentes e futuros? (RODRIGUES apud ASSIS, 2003: 137-138)

Não se têm dúvidas que ainda faz-se premente (re)pensar as alternativas que possibilitem ao Desenvolvimento Sustentável deixar de ser discurso e se transformar em prática real. Assim sendo, a implementação de uma proposta de desenvolvimento sustentável precisa compatibilizar os objetivos sociais, econômicos e ambientais com a consciência ambiental da humanidade. Ao se combinar esses fatores, permite-se uma redefinição das interações entre a dinâmica econômica, a estrutura social e os ecossistemas, reestruturando, assim, o próprio modelo de desenvolvimento.

Outro conceito difundido na década de 1980 foi o de *Desenvolvimento Endógeno*. Esta idéia se propunha a atender as necessidades e demandas da população local através de participação ativa dos atores locais envolvidos. Segundo Coriolano (2003), este modelo desenvolvimentista recomendava que as nações fugissem da imitação mecânica das sociedades industrializadas. A estruturação desse modelo é realizada por meio de um processo já definido por Boisier (1988) como organização social regional, e tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais. O desenvolvimento pode ser definido como o realizado de “baixo para cima”, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas oriundas do local no lugar de um modelo de desenvolvimento de cima para baixo, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional.

O conceito muito similar à ideia de endogenia do desenvolvimento aparece sob a denominação de *Desenvolvimento Local*. Este, por sua vez, se refere ao processo em que as localidades, munidas de seus recursos mais variados, criam oportunidades de promoção de bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma forma dinamizem a economia em pequena escala, gerando o “desenvolvimento” do lugar mediante estratégias de baixo impacto sócio-ambiental (CAVACO apud RODRIGUES, 1997).

Perez e Carrillo apontam que o Desenvolvimento Local está fundamentado principalmente no uso dos potenciais e recursos endógenos e pode ser definido como

aquele processo reativador da economia local e dinamizador da sociedade local que mediante aproveitamento dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar seu crescimento, criar emprego, renda, riqueza e, sobretudo melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social da comunidade local. (PEREZ; CARRILLO apud MENDONÇA; IRVING, 2004: 15)

Para Amaral (apud BUARQUE, 2002)), o Desenvolvimento Endógeno pode ser compreendido como um processo de crescimento econômico, implicando em uma ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região que se desdobra na retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou na atração de excedentes provenientes de outras regiões.

Ávila (apud OLIVEIRA, 2003: 48) assinalou que os europeus tratam o Desenvolvimento Local mais “... como descentralização de processo de gestão pública e empresarial (ou de sua extensão aos locais visando à geração de emprego e renda nesse nível), sem tocarem nos próprios paradigmas vigentes de desenvolvimento”. Seria uma espécie de socialização humanitária da globalização e concentração, inclusive, geográfica de riquezas e acessos econômicos. Ainda para o autor, no Brasil, o Desenvolvimento Local é tratado como “contrapé” ou “contraponto” entre globalizados e globalizadores, sendo o Desenvolvimento Local Endógeno ou de dinâmica endógena o caminho pelo qual a comunidade se torna apta de se converter em sujeito e agente de seu desenvolvimento.

Observa-se, assim, a inter-relação entre os conceitos de Desenvolvimento Endógeno e Desenvolvimento Local, sua complementaridade de idéias e pressupostos. Independente do complemento utilizado, o que se faz imprescindível

no arcabouço desses conceitos é a intervenção do lugar na condução do processo de desenvolvimento e o uso efetivo das potencialidades locais em benefício da própria localidade. Ao se inserir o lugar no disciplinamento do desenvolvimento econômico, espera-se que a comunidade busque atender às necessidades e demandas próprias de sua população através da participação ativa de seus atores locais e com o uso de seus próprios recursos.

A idéia central destes conceitos baseia-se em soluções locais e não globais. As iniciativas deveriam ser geradas nas culturas locais e com os potenciais intrínsecos a cada localidade, constituindo-se o embrião do Desenvolvimento Local. Este tipo de desenvolvimento demanda mudanças e não pode ser confundido com o movimento econômico gerado por grandes investimentos de capital externo a economia local, que não se internalizam e não se irradiam nesta, que por si não trazem mudanças efetivas na organização social e econômica local. O desenvolvimento local resulta, assim, da interação e sinergia entre: a qualidade de vida da população local, a eficiência econômica e a gestão pública eficiente.

Segundo Buarque (2002), não se pode pensar em Desenvolvimento Local sem que este se estruture sobre, pelo menos, três pilares: *a organização da sociedade*, corroborando para a formação do que o autor aponta como *formação de capital social local* (entendido como capacidade de organização e cooperação da comunidade local), *a agregação de valor às cadeias produtivas locais* com articulação e o aumento da competitividade de suas atividades, e *a reestruturação e modernização do setor público local*. Assim, destes pilares associados à distribuição justa dos ativos sociais viabiliza-se o Desenvolvimento Local de forma consistente e sólida.

Boiser aponta aspectos relevantes sobre o Desenvolvimento Local:

- O desenvolvimento de um território está fortemente condicionado pela vontade e capacidade dos atores locais;
- O desenvolvimento de um território gira ao redor da valorização das potencialidades locais;
- Em todas as partes se comprovou a importância da pequena e média empresa;

- O desenvolvimento depende da capacidade de integrar as iniciativas empresariais;
- O território deve dotar-se de instrumentos adequados e
- O segredo do êxito reside na capacidade de interação ativa entre o local, o nacional e o internacional (BOISIER, 2005: 51-52)

Neste contexto, pode-se apreender que as idéias do Desenvolvimento Local/Endógeno não excluem a interação com o global. O global e o local formam um par que se complementa. Ainda que mantenha suas identidades, o global se concretiza no local e o local se insere na dinâmica do global.

Coriolano (2003) aponta a necessidade de se encontrar dentro da economia o caminho, a saída que possa descortinar outros cenários e incluir os atores sociais neste processo de mudanças. O Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento na Escala Humana, o Desenvolvimento Endógeno, o Desenvolvimento Social, o Desenvolvimento Sustentável se configuram como saídas opcionais ao desenvolvimento.

Independente do adjetivo que acompanhe (ou qualifique) o conceito (ou teoria) de desenvolvimento, este deve estar centrado no homem como meio e finalidade maior deste processo. O que se faz importante e salutar ao se empreender na compreensão do arcabouço das teorias de desenvolvimento é entender os alicerces que fundamentam e como a atividade turística se insere nessa lógica.

O turismo é um fenômeno que tem o homem como sujeito e centro de todos os processos que dele nascem. O homem, como ser social e com seus desejos e suas necessidades, dá origem às várias atividades econômicas inerentes à Cadeia Turística. Assim sendo, percebendo o ser humano como centro de ambos os processos, o turismo pode e precisa se apropriar dos pressupostos de um desenvolvimento econômico mais consciente e equilibrado para assim atender a máxima da idéia de desenvolvimento: a superação da pobreza nas nações e a promoção do próprio ser humano.

2.2. TURISMO E DESENVOLVIMENTO: INTER-RELAÇÕES E PERSPECTIVAS.

É no contexto da globalização que se precisa entender o desenvolvimento econômico, social e o próprio turismo. O turismo como atividade essencialmente econômica se insere numa lógica capitalista e como tal oferece boas oportunidades de exploração de lugares, suas singularidades e recursos endógenos.

Ainda assim, é inegável que o turismo pode promover o desenvolvimento econômico intersetorial, em função do efeito multiplicador dos investimentos e dos acréscimos da demanda interna e receptiva. É um elemento importante para o planejamento regional ou territorial, pois proporciona a geração de rendas para o setor público, representada por impostos diretos e indiretos, incidentes sobre a renda total gerada no âmbito do sistema econômico e estimula o processo de abertura da economia.

A atividade turística permite o desenvolvimento, justamente porque pode disseminar o progresso econômico e social de regiões mais abastadas (emissores) para regiões menos favorecidas (receptores), sendo que, às vezes, é a própria preservação dos padrões nativos que atrai os turistas.

Contudo, diante de uma marcante apologia ao turismo e aos benefícios por ele gerados, crescem também as advertências quanto às externalidades negativas decorrentes do setor e à degradação que a atividade pode ocasionar nos recursos naturais e sócio-culturais dos núcleos receptores.

Nas últimas décadas, pode-se observar que um outro modelo para o setor turístico tem sido discutido e analisado por diversos setores sociais na busca de uma outra possibilidade da produção econômica que seja capaz de promover melhorias qualitativas através da atividade produtiva, gerando desenvolvimento e sustentabilidade via uso das potencialidades intrínsecas a localidade, região ou território (OLIVEIRA; LUCAS; TEXEIRA, 2007).

Um dos princípios difundidos largamente no início do século XXI é que a atividade turística deve promover benefícios não somente econômicos, mas

também, sócio-culturais e ecológicos. Uma vez garantido esses benefícios a uma maior parcela de determinada localidade, criam-se melhores condições para que haja uma maior inclusão social, fazendo com que a população local seja incluída em todos os processos de planejamento turístico, promovendo (ou se tentando promover), assim, uma maior equidade sócio-cultural e uma melhor qualidade de vida a um maior número de pessoas possível.

De acordo com Beni (1998), o turismo é reconhecidamente uma atividade econômica, tendo como um de seus objetivos alcançar a taxa de lucro e de retorno. No entanto, o turismo também passou a ser reconhecido enquanto uma atividade capaz de gerar novas oportunidades de empreendimento, de emprego e de desenvolvimento capaz de propiciar inclusão social, ou seja, uma atividade que pode favorecer a todos os atores sociais, o privado, o público e a população local.

Ao se apropriar do arcabouço das teorias de desenvolvimento e de seus pressupostos de sustentabilidade e uso das potencialidades locais, a atividade turística se configura num possível instrumento de redução das disparidades e desequilíbrios no interior das economias locais. O turismo, inserido em um contexto de desenvolvimento social, pode (e precisa) ser instrumento viável na construção deste processo. Sendo uma atividade de efeito multiplicador marcante, o turismo oferece condições para o desenvolvimento mais equilibrado ao adotar, para tanto, um modelo de desenvolvimento que estimule e desenvolva a cooperação, a solidariedade, a criatividade e que passe a se utilizar dos recursos locais especialmente dos recursos humanos.

No rastro das discussões sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, o turismo enquanto marcante dinamizador da economia também vem incorporando estes novos paradigmas de desenvolvimento em suas preocupações. Segundo Assis, o Turismo Sustentável

é um enfoque positivo visando minimizar as tensões e os atritos criados pelas complexas interações entre o *trade*, os visitantes, o ambiente e as comunidades locais que recebem os turistas (...) uma perspectiva que envolve esforço pra a longa viabilidade e qualidade dos recursos naturais e humanos (ASSIS, 2003: 135)

Apreende-se que a tônica gira em torno da preocupação de fazer um turismo que produza um desenvolvimento de longo prazo, integrando a população e proporcionando sua melhor qualidade de vida, estabelecendo uma relação

harmoniosa entre comunidade anfitriã e turistas, além de possibilitar o uso racional dos recursos naturais e culturais, permitindo seu usufruto pelas gerações presentes e futuras.

Para tal intento, Garrod e Fyall (*apud* ASSIS, Op. Cit. 135-136) apontam algumas diretrizes criadas pela *Tourism Concern* e pela *WWF/Fundo Mundial para a Vida Selvagem* – os 10 princípios para o Turismo Sustentável – para disciplinar o desenvolvimento e a administração da cadeia produtiva do turismo:

1. Uso dos recursos com sustentabilidade;
2. Redução dos excessos de consumo e do desperdício;
3. Manter a diversidade natural, social e cultural;
4. Integrar o turismo ao planejamento estratégico nacional e local;
5. Apoiar as economias locais;
6. Envolver as comunidades locais;
7. Integrar o poder público e privado;
8. Qualificar a mão-de-obra;
9. Comercializar o turismo com responsabilidade;
10. Desenvolver pesquisas e monitorar a atividade.

Ainda que suscite controvérsias, uma vez que alguns autores defendem uma incompatibilidade da atividade turística com a idéia de Desenvolvimento Sustentável (RODRIGUES, 2002) ou, ainda, que o turismo consiste em potente fator de uniformização dos espaços através de sua rígida logística a se por em prática (BRUNEL, 2009), não se pode negar que o setor também constitui elemento que reforça as singularidades do local e pode se configurar como elemento que potencialize o uso de “novas alternativas” de desenvolvimento uma vez que respeite os pressupostos que alicersem a busca pelo tripé: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Para Mendonça e Irving (2004), a atividade turística vem se configurando como objeto prioritário de uma fração significativa dos programas de Desenvolvimento Local que foram ou vêm sendo implantados no Brasil. Assim

sendo, para se viabilizar o desenvolvimento através do turismo, faz-se imprescindível equalizar cinco objetivos:

- Preservação/conservação ambiental;
- Manutenção da identidade cultural;
- Geração de ocupações produtivas de renda;
- Desenvolvimento participativo e
- Qualidade de vida (BENEVIDES, 2002).

De acordo com as teorias abordadas, uma atuação da atividade turística dentro de um viés de sustentabilidade é condição indispensável para que se torne real o desenvolvimento com equidade desejado. Para atingir tal objetivo, a participação da comunidade local no disciplinamento e administração da atividade e seus desdobramentos tornam-se condições marcantes, uma vez que eles são os únicos que podem determinar o turismo que anseiam e necessitam e podem divisar os limites para o turismo.

Para o cientista político Ascanio, a participação dos povos anfitriões atuando de forma política no turismo é imprescindível, e esta participação se faz necessária, pois garante a possibilidade marcante de presença e de poder de decisão dos principais implicados no processo de desenvolvimento do turismo. O autor afirma que

a questão política numa comunidade receptora turística é procurar estabelecer regras de coexistência para conseguir uma responsabilidade solidária, coletiva, e uma integração de todos os atores com o objetivo de que a comunidade receptora possa utilizar o turismo como um meio para elevar seu nível de vida, e poder ser, dessa forma, uma boa anfitriã orgulhosa de seu ambiente natural e cultural (ASCANIO *apud* BARRETO & REJOWSKI, 2001: 16).

O engajamento de cada ator social no interior da Cadeia Produtiva do Turismo se faz necessário e enseja uma mudança de consciência que possibilite o controle dos fatores endógenos e exógenos à comunidade no disciplinamento de sua atividade econômica. Não se pode, ainda, desprezar o potencial intrínseco ao local em favor da atividade turística. Na verdade, faz-se salutar agregar o turismo ao que já acontece na comunidade, não se gerando, desta maneira, uma dependência econômica ao setor turístico. Assim, ao dinamizar a economia através da atividade

turística, deseja-se estender o leque de possibilidades e permitir a inserção da maioria da população local com seus distintos potenciais.

Nesse contexto, o papel do Estado é fundamental para garantir o apoio institucional bem como para dispor o aparato público na garantia do desenvolvimento de um turismo que respeite o lugar, permitindo sua inserção e apoio do global. Entende-se que a ação do Estado no incentivo ao desenvolvimento de um Turismo Sustentável é fundamental, assim como o seu papel de regulação e fiscalização das mesmas atividades. Assim sendo, o envolvimento das comunidades locais juntamente com o apoio institucional do Estado é essencial, quer na tomada de decisões, quer na política de formulação e planejamento.

De acordo com a OMT, existem muitas estratégias para intensificar os benefícios econômicos do turismo no desenvolvimento econômico local e que podem ter o efeito de reduzir as disparidades locais e a pobreza (OMT *apud* CABRAL, 2005):

- A primeira ação prende-se com a escolha de turistas internacionais e domésticos que possam ter um impacto positivo sobre as comunidades locais, ou seja, turistas que estejam predispostos a visitar os mercados locais, que se interessem pela natureza, pela cultura e pela vida cotidiana dos habitantes e se aproximem das populações nativas.
- Uma segunda estratégia passa pelo alargamento da duração das estadas e das despesas turísticas por via da diversificação e enriquecimento do produto turístico e do desenvolvimento de atrações e atividades turísticas e de produtos complementares.

O turismo precisa ser considerado como uma atividade que possibilita a diversificação das atividades já desenvolvidas pelas comunidades receptoras e não em substituição destas. Enquanto fonte de rendimentos complementar, a atividade turística pode ter um papel importante na melhoria do nível de vida das populações e contribuir para a redução das disparidades socioeconômicas.

- É também pertinente alargar os benefícios do turismo geograficamente. Com efeito, o que os visitantes retiram da prática do turismo depende da diversidade geográfica da localidade receptora. Estes pólos de

atração são essenciais em importantes pontos do mundo em desenvolvimento.

- A questão das infra-estruturas pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico geral, porque a construção destas são condições implícitas à existência de atividade turística e beneficiam diretamente o entorno no qual o turismo se desenvolve.
- Outra estratégia para intensificação dos benefícios econômicos do turismo no desenvolvimento econômico local consiste em fazer uma gestão do turismo ao nível local e em parceria.

Assim, é opinião da OMT que as comunidades,

(...) locais e os seus membros, os mais pobres, têm mais oportunidades de beneficiar de uma planificação apropriada, se eles forem implicados nas discussões e nas decisões sobre o desenvolvimento do turismo e se eles tomarem em conta a complementaridade entre as diferentes formas de desenvolvimento turístico e as suas próprias estratégias de subsistência (OMT *apud* CABRAL, Op. Cit.: 62).

Assim sendo, acredita-se na importância de se empregar no setor turístico mais mão-de-obra local. A este respeito, a OMT salienta que

é através de formas participativas, e de processos técnicos e apoiando-se no conhecimento das tradições locais que poderemos melhor reforçar as capacidades das comunidades locais e preservar a integridade ambiental, social e cultural dos destinos (OMT *apud* CABRAL, Op. Cit.: 62).

- É também necessário o desenvolvimento de pequenas e médias empresas.
- E, finalmente, é imprescindível a questão de reduzir a sazonalidade do turismo.

Cabral (Op. Cit.) referencia o turismo como instrumento redutor das disparidades socioeconômicas e da pobreza em uma iniciativa que a OMT e a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) lançaram chamada “Turismo Sustentável – Eliminação da Pobreza (ST-EP)”. Esta iniciativa visa ao desenvolvimento de um turismo sustentável, especificamente focalizado na eliminação da pobreza, trazendo desenvolvimento e emprego para as pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, particularmente na África e nos países em desenvolvimento no geral.

Esta iniciativa tem por base a convicção de que, mais do que outras atividades econômicas, o turismo pode beneficiar as comunidades locais pobres por um conjunto de razões:

- Turismo é um setor exportador em que o produto é consumido no local de produção. O cliente vai ao destino para consumi-lo, configurando-se a ocasião para empreendedores locais venderem os produtos ou serviços complementares aos eventuais turistas;
- O desenvolvimento de toda a atividade, qualquer que ela seja, requer capital, tanto financeiro como humano. A vantagem do turismo é que há um ativo natural a partir do qual ele pode prosperar e estes recursos turísticos estão muitas vezes situados nas regiões rurais, próximo de comunidades pobres;
- O turismo é uma atividade de mão-de-obra intensiva;
- O acesso ao mercado é um problema muito sério para os produtores dos países em desenvolvimento. No entanto, o turismo não sofre de barreiras alfandegárias que encarecem outros produtos. Os obstáculos ao comércio turístico internacional são levantados pelos próprios destinos, sob a forma de restrições para obter vistos ou taxas elevadas como fonte de receitas;
- O número de postos de trabalho ocupados por mulheres é mais alto no turismo do que em qualquer outro setor.
- O turismo é um setor de uma imensa diversidade: abrange muitas atividades e uma vasta gama de produtos, incluindo o setor informal;
- Em vários países em desenvolvimento, o turismo interno conhece um crescimento rápido e, à semelhança do turismo internacional, traz consumidores relativamente abastados às regiões rurais onde constituem um importante mercado local a qual os pobres têm acesso a baixo custo (CABRAL, Op. Cit.).

É importante salientar que a atividade turística pode se apresentar como importante fator fomentador das economias locais devido aos inúmeros segmentos os quais ela, direta e indiretamente, influencia bem como pelo intensivo grau de

mão-de-obra empregado e renda decorrente da atividade. Assim sendo, a sustentabilidade do desenvolvimento local impulsionado pelo setor turístico só será eficaz se além de atender ao dinamismo e às exigências do mercado, incorporar o maior número de recursos endógenos expressos especialmente nos trabalhadores locais de forma a se tentar minimizar as disparidades no padrão de distribuição de renda.

É importante se perceber que a atividade turística, pelas características dos processos que ocorrem dentro de sua cadeia produtiva, demanda uma força de trabalho mais qualificada e preparada a atender um perfil de clientes diversificado – turistas domésticos e turistas estrangeiros. Nesse contexto, a atividade acaba por empregar mão-de-obra mais preparada ou, ainda, gera a necessidade de se qualificar constantemente os diversos atores implicados na atividade nos diversos níveis que o turismo se desenvolve, podendo elevar significativamente o nível profissional, bem como o nível social da força laboral local.

É fato que a Cadeia Produtiva do Turismo demanda uma quantidade expressiva de mão-de-obra e ao se usar esse potencial em favor dos recursos locais, a atividade desponta como fator que possibilita um real caminho de desenvolvimento. Demandando trabalhadores locais, a atividade turística possibilita uma expressiva internalização dos benefícios oriundos da renda por ela gerada, uma vez que se tem a apropriação desta por uma parcela significativa da população via benefício direto e indireto.

Perante o efeito multiplicador da atividade turística, Barbosa (2005) aponta que o fenômeno turístico pode representar uma excelente alternativa para o desenvolvimento local e/ou regional de maneira a preservar a identidade local, conservar os patrimônios (natural e cultural) e dinamizar a economia das cidades.

Contudo, é importante ressaltar que para que este desenvolvimento realmente promova a melhoria da sociedade como um todo é imprescindível que haja melhoria no quadro de concentração de renda ou dos indicadores sociais. Portanto, o turismo sendo capaz de causar desenvolvimento às localidades, deve privilegiar a questão social e fazer com que a questão econômica seja uma consequência.

Não se contesta que o turismo, enquanto atividade econômica, compreende uma dinâmica intensa no interior de sua cadeia produtiva. Inspirada pela clássica metáfora da “indústria sem chaminés”, a atividade turística tem se disseminado em caráter dinâmico via colaboração direta de mecanismos governamentais, empresariais e esforços de mídia na divulgação do setor.

Contudo, não se pode se deixar-se iludir por um discurso superficial sobre o turismo que busca apenas apontar os benefícios imediatos da atividade e, sim, deter-se numa análise mais crítica de seus efeitos de encadeamento e consequências e assim garantir que este seja realmente um instrumento de desenvolvimento duradouro.

A atividade turística, ao se desenvolver sustentada por uma lógica voltada exclusivamente num viés econômico, apresenta-se como predadora do entorno social ao qual se insere, uma vez que pode se configurar em um segmento que impulsiona um processo de “turistificação” em uma onda de homogeneização dos espaços, criando ao longo do tempo uma saturação à capacidade do local. Pode ainda conduzir à “disneylandização” dos locais ao criar “ilhas” para os visitantes. Assim, o turismo imprime sua marca a uma infinidade de lugares, modelando territórios numa redução dos lugares e imagens nesta busca do exótico e diferenciado (BRUNEL, 2009).

Como instrumento de desenvolvimento sustentável local, a atividade turística precisa se configurar em processo endógeno que vise, além do dinamismo e crescimento econômico, à melhoria direta da qualidade de vida da população nela inserida, bem como a valorização do entorno geográfico e sócio-cultural na qual a atividade se desenvolve.

Faz-se premente que a idéia anteriormente descrita seja mola propulsora para a escolha dos caminhos que o turismo e suas atividades devem e podem percorrer no interior das localidades para que assim esta desejada qualidade de vida e valorização seja obtida através do uso racional dos recursos endógenos e da valorização de seus beneficiários diretos, agregando qualidade real a seus resultados, mostrando uma verdadeira relação entre discurso e realidade vivenciados pelo setor turístico.

Assim sendo, para que o turismo seja realmente fator de desenvolvimento, é preciso entender como se processam as inúmeras atividades no interior de sua cadeia, bem como se dá a distribuição dos fatores de produção, capital e mão-de-obra nos diversos segmentos que compõem a atividade turística. Esta compreensão, ainda que não abarque a totalidade dos processos e dimensões envolvidas pelo turismo, precisa delinear como o segmento atua e que importância ele assume no interior da economia nos diversos níveis para, assim, se apreender como este concorre de fato para concretização de um desenvolvimento centrado nas reduções de disparidades e na promoção do local.

3. CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO: O ESCOPO DE SUAS ATIVIDADES

As diversas e constantes transformações ocorridas em virtude dos avanços da sociedade propiciaram uma evolução nas formas de geração de riquezas em todo o globo. Esta geração não decorre apenas da agricultura/pecuária ou da atividade industrial, mas relaciona-se com o conhecimento humano e com as atividades inerentes ao setor terciário da economia (serviços).

É nesse sentido, como já abordado, que o segmento turístico em suas inúmeras atividades vem ocupando destaque no cenário mundial uma vez que assume o papel de importante alternativa na criação de postos de trabalho e renda, sendo possível vetor de desenvolvimento econômico e na escala humana quando a atividade turística atua disciplinada em concordância com os anseios do lugar a qual se insere.

Assim sendo, deseja-se um constante incremento na qualidade de vida, valorização dos recursos endógenos e de seus beneficiários diretos e indiretos para que a realidade vivenciada pelo setor turístico seja propulsora do almejado desenvolvimento. Para tal intento, torna-se importante se conhecer e entender os diversos segmentos que compõe a intrincada cadeia produtiva que movimenta a atividade turística, bem como ela se comporta no interior das realidades mundial, nacional e local.

3.1. FUNDAMENTOS E DIMENSÕES DO SETOR TURÍSTICO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Pode-se observar uma crescente importância do turismo na esfera econômica, bem como no campo da produção acadêmica. Lemos (2001) aponta

uma explosão do processo de cientificação do turismo e, dentro desta perspectiva, nota-se um aprofundamento da concepção e das ideias acerca do turismo. Contudo, apesar de sua grande relevância, o setor de turismo enquanto objeto científico é muito recente. Seu estudo vem sendo feito por diversos ramos isolados da ciência, o que, por sua vez, gerou uma gama de conceitos e definições que enfatizaram aspectos singulares de sua totalidade.

Tentando garantir uma unicidade nos estudos acerca do turismo, a Organização Mundial do Turismo - OMT, desde 1991, passou a afirmar que o turismo

compreende atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros” (LEMOS, 2001: 75).

Ao se analisar este conceito, consegue-se abstrair elementos que merecem um enfoque mais detalhado para uma melhor compreensão do fenômeno turístico. Beni (1998) aponta que as diversas noções de turismo apresentam alguns elementos comuns ou relativamente diferentes entre elas, que convêm ser destacados para uma melhor compreensão deste fenômeno:

- *Viagem ou deslocamento*: este é um elemento implícito na noção de turismo, pois se confunde com a própria noção de viagem. Sem deslocamento não é possível se pensar em turismo e nas atividades por ele geradas;
- *Permanência fora do domicílio*: estritamente vinculado à viagem e é parte integrante do conceito de turismo. A duração dessa permanência é uma das principais variáveis na classificação e caracterização do fluxo turístico.
- *Temporalidade*: intrinsecamente ligada ao deslocamento, o elemento temporal é característica importante do turismo. As viagens turísticas são limitadas em um prazo de no mínimo 24 horas e no máximo de um ano, pressupondo o retorno do turista a sua residência habitual. Este aspecto é de relevante importância como forma de diferenciar os turistas dos viajantes que objetivam fixar residência na destinação escolhida, ou seja, os imigrantes.

- *Sujeito do turismo*: o elemento caracterizante do fenômeno turístico é o homem, situando-se na parte central de todo o processo.
- *Objeto do turismo*: o elemento concreto do fenômeno turístico traduz-se nos equipamentos receptivos e no fornecimento de serviços, isto é, as denominadas empresas de turismo, além do lugar e sua cultura e do lazer.

Encarando o dimensionamento do turismo de forma mais simples, ele pode ser compreendido como o movimento temporal de pessoas, que ao viajarem, objetivam satisfazer necessidades físicas, psicológicas, de repouso, de diversão, culturais, entre outras, além de visarem o retorno a seu entorno habitual.

O turismo é um fenômeno que tem o homem como sujeito e centro de todos os processos que dele nascem. O homem, como ser social e com seus desejos e suas necessidades, dá origem às várias atividades econômicas inerentes ao setor turístico.

Assim se encarando o turismo, pode-se tentar enquadrar suas diversas atividades em torno de agrupamentos de seus serviços e atividades inerentes para assim facilitar sua compreensão. Logo, faz-se salutar empreender uma análise do fenômeno que cerca o setor através da concepção e compreensão de sua Cadeia Produtiva.

Segundo Rodrigues (1999), as organizações envolvidas nas atividades inerentes ao turismo são aquelas incumbidas de atividades direcionadas à produção de bens e serviços, transporte, hospedagem, alimentação, agenciamento, operação, promoção, comercialização, recepção e guia.

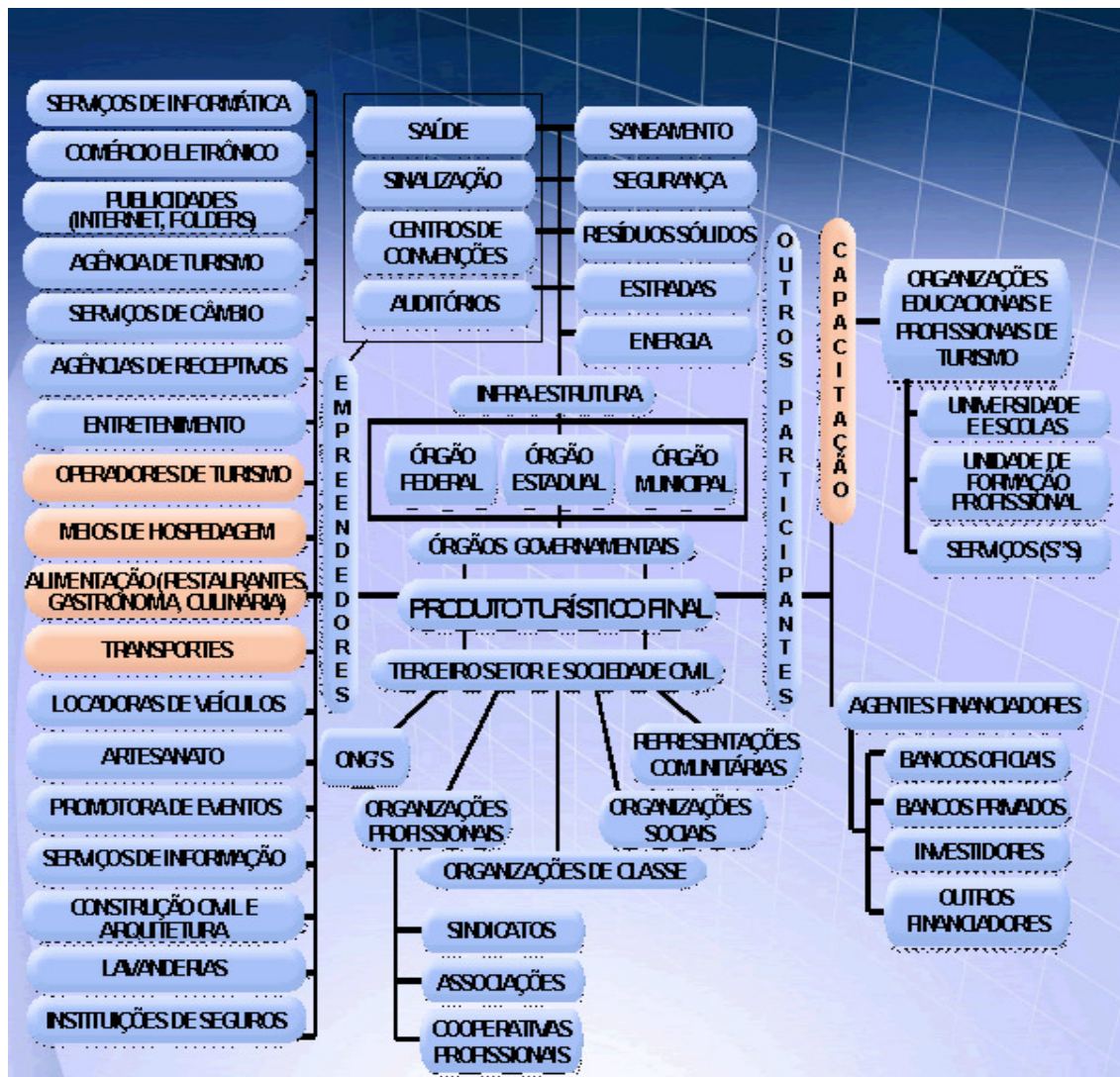
Segundo Souza (apud ZAGHENI, 2004), a Cadeia Produtiva do Turismo pode ser entendida como um conjunto de organizações empresariais e de elementos materiais e imateriais que desenvolvem ocupações relacionadas ao turismo, em busca de mercados, utilizando-se de produtos competitivos. Beni (1998), segundo as motivações, necessidades e preferências dos turistas, determina a classificação dos serviços turísticos: serviços receptivos (atividades hoteleiras e extra-hoteleiras), serviços de alimentação, serviços de transporte (da residência à destinação turística e núcleo receptor), serviços públicos e serviços de recreação e entretenimento na área receptora.

Garrido (apud DONAIRE *et al*, 2008) aponta que a organização produtiva na forma de rede é mais apropriada para uma análise do turismo do que o conceito de cadeia, por ser esta mais estática e direcionada à atividade industrial e a atividade turística, em contrapartida, bastante dinâmica. Assim sendo, Donaire *et al* (Op. Cit.) aponta como principais integrantes dessa rede:

- Agências de viagem (distribuidoras de serviços turísticos);
- Operadoras turísticas (organizadoras de pacotes turísticos);
- Organizadoras de eventos;
- Hospedagem de todos os tipos;
- Transportes (aéreos, rodoviários e urbanos);
- Agências de receptivo (responsáveis pelos serviços no destino);
- Locadoras de veículos;
- Instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito (financiadores da venda dos serviços);
- Órgãos oficiais específicos (federais, estaduais, municipais e administradores do patrimônio natural, artístico, arquitetônico e histórico);
- Mídia especializada (impressa e eletrônica dirigida ao turista);
- Atividades de lazer e entretenimento (restaurantes, bares, casas noturnas, parques temáticos, museus, centros culturais etc.);
- Atividades comerciais (lojas, centros de artesanato e de confecção, entre outros);
- Instituições de ensino (superior e técnico para formação de mão-de-obra);
- Empresas seguradoras;
- Despachantes;
- Sistemas de informações turísticas;
- Negócios correlatos (câmbio, economia informal etc.).

O governo brasileiro através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (apud ZAGHENI, 2004) empreendeu esforços na tentativa de delinear os elos inerentes à Cadeia Produtiva do Turismo, apontando os segmentos dos operadores turísticos, meios de hospedagem, meios de alimentação e transportes como relevantes elos dos processos no interior da cadeia apoiados pelo segmento de capacitação de profissionais.

FIGURA 02 - CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (apud ZAGHENI, 2004).

Outro olhar sobre o turismo oriundo do trabalho desenvolvido pelo IBGE (2009), ao analisá-lo como uma atividade econômica, define o setor a partir da perspectiva da demanda, ou seja, como o resultado econômico do consumo dos visitantes, implicando, assim, em um conjunto significativamente heterogêneo de

produtos consumidos. O estudo aponta que os produtos turísticos distribuem-se em categorias diferenciadas de acordo com a seguinte normatização:

- Produtos característicos do turismo;
- Produtos conexos ao turismo e
- Produtos específicos do turismo.

Por sua vez, a OMT (*apud* IBGE, Op. Cit.) identifica um grupo de 170 produtos que são específicos do turismo e uma classificação característica do turismo contendo sete atividades, 19 subatividades e 96 produtos. As atividades principais inerentes ao setor seriam, segundo essa classificação:

- Serviços de Alojamento;
- Serviços de Provisão de Alimentos e Bebidas;
- Serviços de Transporte de Passageiros;
- Serviços de Agências de Viagens, Operadoras e Guias de Turismo;
- Serviços Culturais;
- Serviços Recreativos e outros Serviços de Entretenimento e
- Serviços Turísticos Diversos.

As diversas análises empreendidas tentam abarcar a pluralidade de segmentos que compõe a Cadeia Produtiva do Turismo e delineiam as atividades que estão ligadas à rede que compõe o setor turístico sem, contudo, conseguirem refletir todos os impactos diretos e indiretos que a atividade exerce na economia mundial. O importante a ser abstraído das análises propostas são segmentos chaves ou serviços essenciais que norteiam o turismo e como esses segmentos se comportam e imprimem seus reflexos na economia como um todo.

3.2. RESULTADOS DO TURISMO NO AMBIENTE ECÔNOMICO

O crescimento substancial da atividade turística destaca o segmento como um dos principais fenômenos das conjunturas econômica e social. Sua evolução imprime fortes impactos na economia e na sociedade como um todo, atribuindo ao turismo grande importância e trazendo consigo marcantes preocupações com as externalidades – quer positivas, quer negativas – consequentes da atividade, exigindo um olhar mais crítico sobre sua ação nos variados cenários em que atua.

Para se perceber o dimensionamento que a atividade turística pode assumir no interior das comunidades e regiões, é importante lançar um olhar sobre os números e as cifras gerados por sua cadeia e assim se compreender o quão marcante é sua presença no interior de cada realidade.

3.2.1. O SETOR TURISTICO NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Os dados econômicos internacionais mostram uma forte relação entre o ambiente econômico e o crescimento do turismo, em todo o mundo. Um estudo apresentado pelo Conselho Nacional do Turismo (2006) apontou que no período compreendido entre 1975 e 2000 o setor turístico cresceu a uma média de 4,4% anual, enquanto o crescimento econômico mundial médio, medido pelo PIB, foi de 3,5% ao ano.

No tocante ao número de desembarques em âmbito internacional, dados da OMT (*apud* FAPEC/SEBRAE/Fund. Cândido Rondon, 2006) mostram um relevante crescimento de desembarques de 25 milhões em 1950 para a estimativa de 763 milhões em 2004. Neste período o maior crescimento médio foi visto na região da Ásia e do Pacífico (13%) e no Oriente Médio (10%). A Europa e a América

apresentam crescimentos mais vagarosos, correspondendo a 06% e 05% respectivamente. Este aumento significativo das viagens pode ser explicado em parte pela melhoria do padrão de vida da sociedade em todo mundo ao longo do tempo, bem como pela evolução constante na qualidade dos transportes usados pelo segmento turístico.

Nos países desenvolvidos, o crescimento médio anual do número de turistas foi de 06% (correspondendo a 360 bilhões de visitantes) frente ao crescimento médio de 04% observado no mundo no período de 2000 a 2007 (SOUZA; SILVEIRA NETO, 2009).

Confirmando essa projeção de crescimento do número de turistas internacionais, dados apresentados pela Secretaria de Turismo do Ceará (2009b.), apontam um aumento significativo no volume de turistas que viajaram mundialmente, o que girou em torno de 34% no período entre 1998 e 2006. O número de turistas que viajaram no mundo subiu de 626,6 milhões em 1998 para 841,9 milhões em 2006.

TABELA 01 – DESEMBARQUES INTERNACIONAIS DE TURISTAS EM DIVERSAS REGIÕES DO MUNDO.

PAÍSES	2000	2005	2007	2008 (*)	2008(*)
	Milhões				Participação %
<i>Mundo</i>	682	805	908	924	100
<i>Europa</i>	392,4	441,6	488,0	488,5	52,9
<i>Ásia e Pacífico</i>	109,3	154,7	185,4	188,3	20,4
<i>Américas</i>	128,2	133,4	142,5	147,6	16,0
<i>América do Norte</i>	91,5	89,9	95,3	98,4	10,6
<i>América Central e Caribe</i>	21,4	25,2	27,3	28,1	3,0
<i>América do Sul</i>	15,3	18,2	19,9	21,1	2,3
<i>África</i>	27,9	37,3	44,9	46,9	5,1
<i>Oriente Médio</i>	24,4	37,8	47,5	52,9	5,7

(*) Previsão

Fonte: Brasil. Ministério do Turismo/FGV, jan./2009.

Entre 2000 e 2008, a OMT apontou que as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano, gerando uma renda aproximada de US\$ 5 Trilhões. Este

crescimento tem sido acompanhado por uma pequena tendência de descentralização do fluxo turístico. O continente Europeu concentrou 52,9% das viagens internacionais em 2008, sendo que no ano 2000 concentrava 57,4% das viagens. A América do Norte concentrava 10,6% do turismo mundial em 2008, 13,4% do mesmo em 2000.

Por sua vez, a região da Ásia e do Pacífico, que em 2000 concentrava 16,2% do turismo mundial, em 2008 passou a concentrar 20,0% dos viajantes. O Oriente Médio, que concentrava 3,6% do turismo mundial em 2000 passou a concentrar 6,0% em 2008. A mesma tendência é observada na África (4,1% em 2000 e 5,1% em 2008). A América do Sul permaneceu, ao longo do intervalo de 2000 a 2008, com uma tendência de concentração de 2,2% da participação no fluxo turístico internacional (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO/FGV, jan./2009).

Vale ressaltar que mesmo que se constate esta sutil tendência a disseminação das viagens em todo o globo, faz-se importante observar a concentração dos desembarques no continente europeu e norte-americano (aproximadamente 63% dos desembarques internacionais), revelando um forte amadurecimento da atividade da região, mas em contrapartida uma marcante retenção dos dividendos do turismo nas regiões desenvolvidas. Aos países em desenvolvimento, como o Brasil, outros países da América Latina e África cabe um fluxo menor de turistas e uma conseqüente fatia menor da renda total gerada pelo setor.

Voltando ao crescimento da atividade, o ano de 2008 pode ser considerado um período de turbulências e contrastes para o turismo em todo o mundo. Segundo a OMT (*apud* MINISTÉRIO DO TURISMO/FGV, jan/2009), o desembarque internacional teve um tímido crescimento (05%) nos primeiros seis meses de 2008, sofrendo um declínio em quase todo o mundo sob a influência de uma economia global bastante volátil e desfavorável. Ao longo do segundo semestre de 2008, constatou-se redução de cerca de -01% no total de desembarques internacionais, estimando-se que o resultado final do ano tenha sido de incremento de aproximadamente 02% (924 milhões) em relação a 2007 (908 milhões), que tinha apresentado o quarto ano consecutivo de acentuada expansão do turismo mundial.

A alta movimentação de turistas bem como a renda gerada em cada país onde o setor se desenvolve atestam a importância do turismo como atividade econômica no cenário mundial e a representatividade que este vem ganhando nos últimos anos. Por outro lado, esta crescente movimentação traz à baila a preocupação com a capacidade de carga das regiões receptoras bem como que tipo de turismo vem se desenvolvendo em cada localidade.

Não se intenciona alardear apenas possíveis impactos positivos que o turismo ocasiona via geração de renda, empregos e valorização dos locais visitados. O turismo, como afirma Brunel (2009), pode consistir em poderoso fator de uniformização do mundo, produzindo efeito inverso de singularização dos lugares. O turismo pode impactar os locais através de um movimento da redução dos espaços a estereótipos mundiais. A turistificação dos espaços torna-se neste viés uma via que permite a ampliação quantitativa do acesso ao belo e ao diferente e por outro lado implica na disponibilização de pseudo autenticidade do lugar turistificado resumindo-os a símbolos comercializáveis na forma de produtos.

Este impasse pode ser minimizado em parte ao se lançar um olhar mais crítico ao disciplinamento do turismo através dos atores inseridos nos diversos elos de sua cadeia. Caminhando para um estreitamento de perspectiva, pode-se adentrar a realidade brasileira e perceber como o turismo se configura no interior do país.

3.2.2.O SETOR TURÍSTICO NO BRASIL

A diversidade histórico-cultural associadas às belezas naturais e à dinâmica da economia são fatores que corroboram para que o Brasil apresente-se como principal destinação turística da América do Sul, ainda que a participação do país no turismo internacional seja restrita.

O Brasil é um país que detém notadamente um vasto potencial de recursos e atrativos turísticos, contudo, por estar inserido em num continente em desenvolvimento e distante dos países ditos desenvolvidos – principais mercados

emissores de turistas –, o turismo brasileiro vem enfrentando dificuldades competitivas no mercado mundial, chegando a ocupar a 39ª posição no rank internacional em 2007, segundo a OMT (*apud* CEARÁ. SECRETARIA ESTADUAL DO TURISMO, 2009b.).

Ainda que os dados possam delinear um país que não se apresente como destino turístico marcante no contexto mundial, o turismo no Brasil apresenta números significativos que atestam a importância econômica, bem como o destaque político, que apontam seu forte potencial no contexto local e ainda a representatividade do segmento turístico no interior da balança comercial.

Nos últimos anos, o turismo no contexto brasileiro vem ganhando importância marcante através das ações políticas promovidas pelo governo, especialmente a nível nacional via governo federal. Em 2003, foi lançado pelo governo brasileiro o Plano Nacional de Turismo – PNT, que visava o norteamento das ações para o desenvolvimento do turismo a nível nacional, estadual e local.

Não se pode, ainda, esquecer outras iniciativas governamentais que pontuaram o cenário político de fomento à atividade turística e que, ao longo dos tempos, mostraram a preocupação e apoio dado ao setor turístico pelas esferas de poder público: criação do Ministério do Turismo (2003); Plano Nacional de Turismo, qualificação da Embratur como Instituto Brasileiro de Turismo e Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PMNT (1996); Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (1994); o Plano Nacional de Turismo – PLANTUR (1990, política não-efetivada em decorrência da instabilidade política do período); criação do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR (1966) (NOIA *et al*, 2007).

TABELA 02 – CHEGADA DE TURISTAS NO BRASIL, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES EMISSORES – 2008. (continua)

PRINCIPAIS PAÍSES EMISSORES	2008		
	NÚMERO DE TURISTAS	%	RANKING
<i>Argentina</i>	1.017.675	20,2	1°
<i>Estados Unidos</i>	625.506	12,4	2°
<i>Itália</i>	265.724	5,3	3°

TABELA 02 – CHEGADA DE TURISTAS NO BRASIL, SEGUNDO PRINCIPAIS PAÍSES EMISSORES – 2008. (continuação)

<i>Alemanha</i>	254.264	5,0	4°
<i>Chile</i>	240.087	4,8	5°
<i>Portugal</i>	222.558	4,4	6°
<i>Paraguai</i>	217.709	4,3	7°
<i>França</i>	214.440	4,2	8°
<i>Espanha</i>	202.624	4,0	9°
<i>Uruguai</i>	199.403	3,9	10°
<i>Outros</i>	1.590.109	31,5	-
TOTAL	5.050.099	-	-

Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO/FGV, jul./2009.

No que tange à chegada de turista no Brasil, o país recebeu em 2008 mais de cinco milhões de turistas internacionais, sendo a Argentina o principal país emissor, participando com aproximadamente 20% deste montante. Segundo dados do Banco Central, os gastos de turistas estrangeiros em visita ao Brasil, somaram US\$ 5,785 bilhões, representando um incremento de 16,82% em relação a 2007 (US\$ 4,952 bilhões). No concernente ao turismo doméstico, desembarcaram nos aeroportos do país, no mesmo ano, 48.266.730 passageiros, mostrando um representativo turismo interno no país (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO/FGV, jan./2009).

Por outro lado, a despesa cambial turística (correspondente aos gastos efetuados por brasileiros com viagens internacionais) atingiu US\$ 10,963 bilhões, um aumento de 33,55% comparativamente a 2007 (US\$ 8,209 bilhões). Portanto, o saldo da conta viagens, em 2008, foi negativo em US\$ 5,178 bilhões, mostrando que a quantidade de turistas internacionais que visitam o Brasil ainda é inferior à quantidade de turistas que saem do país para viagens internacionais.

Ao longo das últimas quatro décadas, o fluxo de turistas ao Brasil vem apresentando crescente evolução, relegando à atividade turística posição de destaque dentro da economia brasileira enquanto importante segmento atrativo de divisas e gerador de emprego e renda.

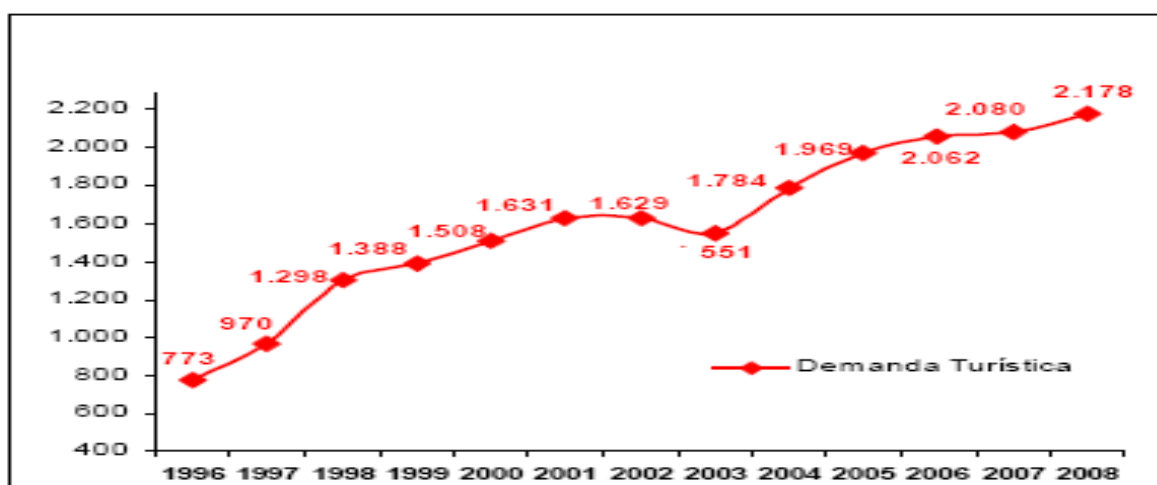
TABELA 03 – CHEGADA DE TURISTAS AO BRASIL

ANO	1978	1988	1998	2008
NÚMERO DE TURISTAS	784.316	1.742.939	4.818.084	5.050.099

Fonte: Adaptado de DPF e MTur (*apud* BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO/MINISTÉRIO DO TURISMO, 2009)

Os números apresentados, ainda que aparentemente pequenos frente à realidade mundial, apontam a grau de maturidade que a atividade apresenta na realidade brasileira. Entretanto, não se pode negar que a atividade turística apresenta grande relevância no seu contexto econômico bem como se apresenta como setor chave para as políticas desenvolvidas no país.

Esta mesma relevância da atividade turística no Brasil pode ser observada na realidade cearense, como apontam os dados mostrados a seguir. Pode-se constatar a ocorrência de um crescimento expressivo do fluxo turístico no Ceará, principalmente por Fortaleza, principal portão de entrada do estado, no período correspondido entre 1996 a 2008. A demanda turística apresenta uma taxa média de crescimento do fluxo em torno de 8,8% ao ano. O fluxo turístico via Fortaleza saltou de 762 mil em 1995 para 2.178 mil turistas em 2008 segundo dados da Secretaria Estadual de Turismo (2009^a).

GRÁFICO 01 – EVOLUÇÃO DA DEMANDA TURISTICA VIA FORTALEZA – 1996/2008.

Fonte: Adaptado de CEARÁ. SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO (2009a.).

Ainda segundo a Secretaria Estadual de Turismo do Ceará - SETUR/CE (2009b.), o fluxo turístico gerou o ingresso médio anual de recursos para o estado no período de 1996/2008 da ordem de R\$ 1.471,6 milhões, o que gerou um impacto médio no PIB cearense na ordem de 7,7%. Em 2008, este impacto foi superior, sendo na ordem de 9,8% e ocasionando a geração de renda no valor de R\$ 5.090,2 milhões.

TABELA 04 – FLUXO TURÍSTICO NOS ESTADOS NORDESTINOS EM 2008.

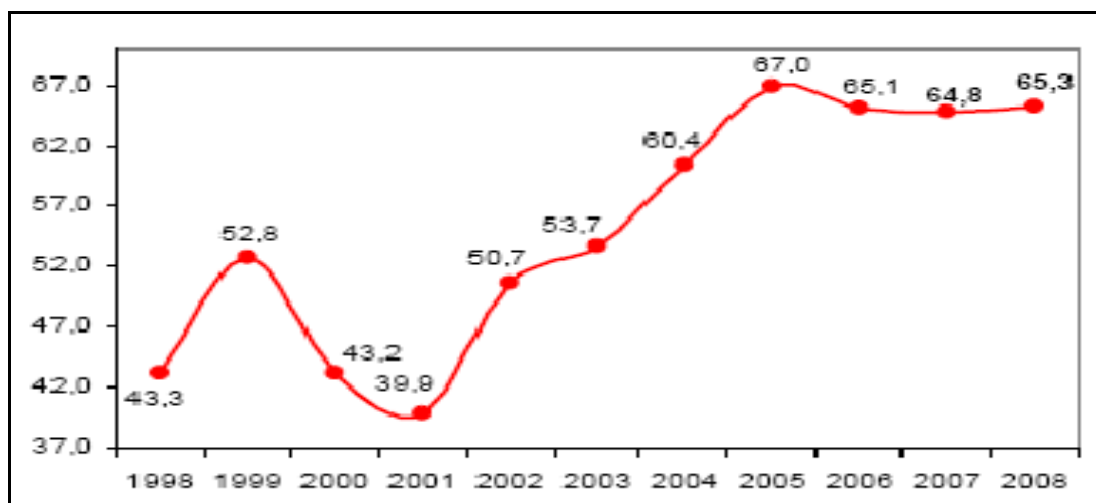
Estados	Fluxo Turístico nos Estados Nordestinos (mil)		
	2008		
	Capital	Estado	(%)
NORDESTE	12.052	20.486	100,0
Salvador (BA)	2.620	5.502	26,9
Recife (PE)	2.214	3.776	18,4
Fortaleza (CE)	2.178	3.528	17,2
Natal (RN)	1.391	2.201	10,7
Maceió (AL)	1.018	1.527	7,5
São Luís (MA)	959	1.497	7,3
João Pessoa (PB)	837	1.194	5,8
Teresina (PI)	413	661	3,2
Aracaju (SE)	422	600	2,9

Fonte: FUNDAÇÃO CTI/NE, abril/2009).

Analisando o fluxo turístico nas capitais do Nordeste brasileiro, o turismo gerou, em 2008, renda no montante de R\$ 9.617,0 milhões e o Ceará se apresenta como o terceiro estado mais visitado dentro da realidade nordestina, representando aproximadamente 18% do fluxo de visitantes para a região (FUNDAÇÃO CTI/NE, abril/2009).

Ressalta-se que Fortaleza se comporta como principal portão de entrada de turista e tenta oportunizar uma interiorização do turismo, desconcentrando espacialmente os impactos da receita gerada pelos turistas que se destinam a Fortaleza, bem como aumenta seu tempo de permanência no Estado (CEARÁ. SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO, 2009b.).

GRÁFICO 02 – TAXA DE INTERIORIZAÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO PARA O CEARÁ VIA FORTALEZA - 1998/2008



Fonte: CEARÁ. SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO (2009a.).

Como pode ser constatado, o estado do Ceará se apresenta como importante pólo turístico dentro da realidade do turismo brasileiro e nordestino. O turismo cearense é marcante dentro do contexto econômico e se apresenta como importante meio para interiorizar os impactos na geração de renda oriundos da atividade.

3.2.3. EMPREGABILIDADE E TURISMO NO BRASIL: ASPECTOS GERAIS

Um importante fator pra se perceber os impactos do turismo em uma realidade econômica é observar os dados referentes à renda e a empregabilidade. Como já relatado, o turismo movimenta US\$ 5 Trilhões em todo mundo e no Brasil esse montante chega a US\$ 5,785 bilhões.

No concernente à empregabilidade, dados do Instituto Nacional de Pesquisa Aplicada – IPEA (2008) apontam que o segmento do turismo gerou, em 2006, 783.411 ocupações com registro na CLT, representando um aumento de

aproximadamente 14,5% em relação a 2002 (683.790 ocupações) e 2,9% do total de ocupações com registro no Brasil (27.132.093 empregos). Ainda em 2006, no tocante às ocupações informais, o turismo gerou 921.769 postos de trabalho, caracterizando um aumento de 9,4% aproximadamente em relação a 2002 (842.866 ocupações).

TABELA 05 – MÉDIA ANUAL DE OCUPAÇÃO EM EMPRESAS TURÍSTICAS POR REGIÃO - 2007 (EM MILHARES - DADOS PRELIMINARES)

NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
TOTAL					
122,5	520,8	839,1	273,1	134,5	1.890,1
FORMAL					
36,8	154,6	419,4	134,4	61,6	806,9
INFORMAL					
85,7	366,2	419,7	138,8	72,6	1.083,3

Fonte: Adaptado de IPEA (mar/2008).

Os dados do IPEA (2008) apresentam um significativo aumento do número de ocupações laborais ligadas ao setor turístico. Em 2007, as ocupações turísticas totalizaram 1.890.100, sendo que 42,7% destas ocupações se concentram no setor formal (806.900) e no setor informal as ocupações somam 1.083.300. Das ocupações formais, o setor que mais empregou em 2007 foi o segmento de Transportes, garantindo aproximadamente 43,6% dos postos de trabalho.

A distribuição espacial das ocupações turísticas formais no Brasil se dá de maneira concentrada no país. Em 2007, a Região Sudeste brasileira concentrou 52% dos postos laborais, a Região Nordeste 19,2%, seguida da Região Sul com 16,7%. As regiões Centro-oeste e Norte apresentam participações menores na geração destas ocupações com 7,6% e 4,6% respectivamente (IPEA, 2008).

TABELA 06 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO TURÍSTICO CELETISTA (MÉDIA ANUAL) EM 10 CAPITAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO 2003-2007

CAPITAIS	2003	2005	2007	% 2003-2007
SÃO PAULO	58.994	57.271	64.764	9,8
RIO DE JANEIRO	44.824	43986	44.981	0,3
SALVADOR	18.775	20.649	22.911	22,0
B. HORIZONTE	15.910	16.563	16.626	4,5
FORTALEZA	13.357	13.678	14.514	8,7
RECIFE	11.458	12.327	13.770	20,2
PORTO ALEGRE	11.524	11.599	11.752	2,0
MANAUS	7.514	9.357	10.610	41,2
BELÉM	6.373	6.449	7.186	12,7
FLORIANÓPOLIS	4.120	4.792	5.764	39,9
TOTAL (10 CAPITAIS)	<i>192.851</i>	<i>196.671</i>	<i>212.877</i>	<i>10,4</i>

Fonte: Adaptado de IPEA (Nov/2008).

Analisando-se algumas capitais brasileiras, pode-se observar um aumento significativo no número de empregos formais gerados pelo setor turístico. 10 capitais brasileiras apresentaram juntas o aumento de 10,4% dos postos laborais celetistas entre 2003 – 2007. A maior evolução pode ser constatada em Manaus e Florianópolis com 41,2% e 39,9%, respectivamente. Fortaleza gerou 14.514 ocupações formais em 2007 frente aos 13.357 empregos em 2003, apontando um tímido crescimento nas ocupações (8,7%). São Paulo e Rio de Janeiro, marcantes cidades turísticas do Brasil, concentram aproximadamente 51,5% dos postos laborais nas capitais estudadas (IPEA, nov/ 2008).

No que concerne aos rendimentos oriundos das ocupações turísticas, a atividade turística apresenta uma remuneração média, oscilando entre R\$ 840,90 e R\$ 816,70 em 2006, apontando um crescimento de aproximadamente 30% em relação a 2002 (R\$ 654,20 – R\$ 632,90) segundo dados da GFIP e RAIS².

Ainda sobre as remunerações, em dezembro de 2007, o segmento de transportes e seus serviços auxiliares foi o setor turístico que pagou os melhores

² GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social e RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

salários em uma média nacional de R\$ 1.496,00. A Região Sudeste, por sua vez, apresenta a maior remuneração média (R\$1.024,30) e o Nordeste é a região com os mais baixos salários em uma média de R\$ 721,70, aproximadamente 21% abaixo da média nacional (R\$ 914,00).

TABELA 07 - REMUNERAÇÕES MÉDIAS NOMINAIS EM REAIS SEGUNDO REGIÕES E SEGMENTOS (DADOS GFIP/DEZEMBRO-2007)

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	TOTAL
Alojamento	555,7	616,4	798,9	702,2	672,1	721,3
Alimentação	546,6	489,1	634,4	576,1	564,5	585,2
Transporte	960,3	971,7	1504,3	1145,7	923,9	1229,8
Serviços Auxiliares Transporte	2133,8	1598,0	1546,5	1334,5	2325,2	1582,2
Agências Turismo	740,2	735,9	1213,2	961,6	927,6	1052,9
Aluguel Transporte	190,9	729,0	1250,9	1066,0	759,9	1036,6
Cultura Lazer	765,2	631,7	1033,8	924,6	894,7	951,4
Total	815,1	721,7	1024,3	829,9	784,4	914,0

Fonte: IPEA, Mar/2008

3.3. SETOR TURÍSTICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

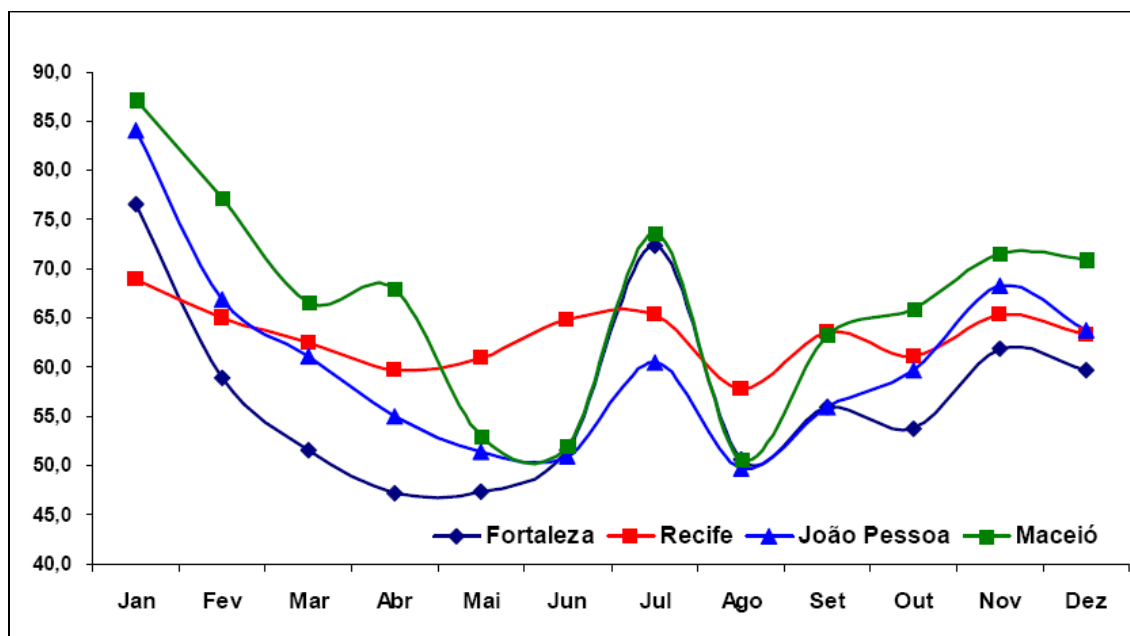
Como veio sendo abordado e apontado até então, a Cadeia Produtiva do Turismo é importante mola propulsora dentro da economia internacional e local. Os dados apresentados atestam a relevância do segmento nos contexto econômico mundial. O turismo apresenta-se, inegavelmente, como importante instrumento para o desenvolvimento, uma vez que se configura em marcante gerador de divisas,

renda e emprego, além de possibilitar a interiorização destes benefícios, sendo necessário para tal o disciplinamento por parte dos mecanismos locais.

Contudo, aspectos relevantes e ratificados pelos dados apontados anteriormente confirmam a tendência a concentração do turismo nas regiões desenvolvidas. Europa e América do Norte concentram mais de 60% do fluxo turístico mundial. Aos países em desenvolvimento cabe um fluxo menor de turistas e uma parcela menor da renda total gerada pelo setor.

No Brasil, esta concentração não se dá de forma diferente. A região Sudeste brasileira – mais desenvolvida – concentra os mais bem remunerados empregos do país dentro da atividade turística, consequência de um fluxo maior de turistas para a região bem como maior estrutura e investimentos voltados ao setor turístico. O Nordeste brasileiro, como apontado, concentra os piores salários, apontando o nível de amadurecimento da atividade na região e o olhar privado e público sobre esta realidade.

GRÁFICO 03 – SAZONALIDADE DA TAXA DE OCUPAÇÃO NAS CAPITAIS DO NORDESTE – 2008.



Fonte: FUNDAÇÃO CTI/NE (abril/2009).

Não se pode ainda esquecer de que o turismo e todas as empresas ligadas em sua intrincada rede sofrem os fortes efeitos da sazonalidade da demanda turística. O caso brasileiro em que se reconhece marcadamente dois fortes períodos

de visitação turística – o primeiro período compreendido entre dezembro e fevereiro e o segundo entre fins de junho e meados de agosto – traz consigo uma oscilação na quantidade de postos de trabalhos oferecidos fora uma marcante presença de mão-de-obra temporária.

Costa (2007) aponta a negatividades nas relações trabalhistas inerentes ao setor turístico. O autor aponta precariedade marcante na questão do trabalho na atividade turística ao constatar a existência de exploração da força de trabalho cuja massa de trabalhadores se situa nos níveis operacionais. O autor aponta ainda a instabilidade e condição precária das relações laborais evidenciadas pela baixa produtividade, flutuação de pessoal (trabalho com caráter transitório e/ou sazonal), grande número de trabalhos temporários, baixo nível de remuneração, comparativamente a outros segmentos econômicos, entre outros elementos. Tal cenário contradiz, de certa forma, o discurso da atividade turística como “fantástica indústria de sonhos”.

Ainda assim, ressalta-se que não se assume a postura de defensor ou de algoz dos impactos e externalidades gerados pela atividade turística. Intenciona-se, na verdade, apresentar a realidade turística da maneira como se mostra e que assim se possam abstrair as percepções possíveis acerca do fenômeno turístico e como este pode concretamente ser fator indutor de um desejado desenvolvimento onde se divida equitativamente os resultados da atividade turística com os que direta ou indiretamente geram e participam deste processo.

Pode-se afirmar que a maximização das vantagens do turismo nas comunidades globais e locais depende não apenas da implementação de iniciativas políticas, mas igualmente de uma atitude diferente, quer por parte dos organismos internacionais de ajuda ao desenvolvimento, quer de intenções das instituições financeiras e dos atores do setor privado. Aliado a isto, faz-se premente a presença e ação das localidades no disciplinamento das atividades da Cadeia Produtiva do Turismo em seu interior. Com este cenário, faz-se realmente possível se pensar em um turismo consciente e preocupado com o desenvolvimento sustentável das cidades/comunidades nos quais se insere.

Assim sendo, compreender o desenvolvimento em níveis globais e nacionais, ainda que se configure em árdua tarefa, permite abstrair o comportamento da atividade turística e repensá-la em níveis menores e mais locais. É exatamente

se entendendo a importância desse olhar micro, que se vê a relevância de se entender como o turismo se apresenta localmente, especificamente no Ceará, e como a força de trabalho e a distribuição de renda se mostram nessa realidade para assim se abstrair a postura assumida pela atividade e se ela se configura em instrumento efetivo que concorre para o desenvolvimento equilibrado da região.

4. EMPREGABILIDADE E RENDA GERADAS PELA CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO NO CEARÁ

Ao se tentar afirmar que o turismo com suas atividades e atores nela envolvidos é um possível fator desencadeador de desenvolvimento socioeconômico, faz-se necessário compreender como os diversos elos do segmento turístico se internalizam no interior das economias e como os benefícios dele oriundos de fato colaboram com o entorno no qual se inserem.

Como afirmado por Souza e Silveira Neto (2009), pouco se conhece sobre a real dimensão econômica das atividades ligadas ao turismo, quer em níveis globais, quer em nacionais, regionais e locais, tornando difícil compreender como o setor se comporta e como internaliza este possível potencial de desenvolvimento.

Na tentativa de se preencher, ainda que parcialmente, esta lacuna, delinear-se-á como a Cadeia Produtiva do Turismo se configura dentro da realidade cearense e como esta beneficia o estado na busca pela redução das disparidades socioeconômicas e do almejado desenvolvimento.

4.1. BASE DE DADOS E METODOLOGIA DE ESTUDO

Ao se empreender a tentativa de dimensionar a cadeia produtiva do turismo e os principais elos de sua composição ou, ainda, as possíveis atividades exclusivas deste setor, esbarra-se na dificuldade de segmentá-las devido à natureza definidora de sua ação estar vinculada ao consumo, mais especificamente ao perfil do agente consumidor e sua utilização dos serviços.

Como atividade ligada ao setor terciário, muitos dos setores inerentes ao turismo não são exclusivos destes como o caso do setor de alimentação ou o setor de transportes, por exemplo. Ainda que se reconheça este fator limitante de

pesquisa, procurar-se-á delinear a cadeia dentro das atividades mais diretamente próprias ao turismo tendo como base de pesquisa os microdados disponíveis a partir da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Para o presente trabalho serão utilizados os dados colhidos entre os anos de 2003 e 2007. Este período corresponde aos primeiros anos do Governo Lula, precisamente ao seu primeiro mandato e ao primeiro ano do segundo, e sua escolha se deve a este período corresponder a um dos tempos de mais significativos avanços das políticas públicas voltadas ao turismo com a criação do Ministério do Turismo e execução do Plano Nacional do Turismo, ambos lançados em 2003.

Os segmentos econômicos elencados neste estudo são aqueles que estão mais diretamente ligados à totalidade da atividade turística. Assim, partiu-se do tripé básico que dá sustentabilidade à cadeia com acréscimo das atividades correlatas mais intrinsecamente atreladas ao turismo. O tripé básico do turismo se compõe de: os segmentos ligados ao *deslocamento*; os segmentos ligados a *alojamento* e os segmentos ligados à *alimentação*. Corroborando com essa dinâmica têm-se: as atividades de *lazer e entretenimento*; o segmento de *locação de veículos* e as atividades de *agenciamento e guiamento de viagens*.

Neste contexto, as atividades aqui estudadas ficaram assim dispostas:

- Transporte Rodoviário de Passageiros;
- Transporte Aéreo;
- Hospedagem;
- Alimentação;
- Agências de Viagens e Turismo (incluindo-se aqui as atividades do Guia de Turismo);
- Aluguel de Veículos e
- Lazer.

Dos segmentos acima, não se acredita ser possível destacar algum deles como sendo uma atividade exclusiva do setor turístico uma vez que qualquer um dos segmentos listados pode e é usado pela população em geral sem necessariamente

se tratar de uma viagem ou atividade de cunho exclusivamente turístico. Ainda assim, sua escolha não prejudica o dimensionamento do setor, apesar de se ter em conta que se estará considerando um limite superior à dimensão econômica das atividades do turismo.

Para delimitação dos setores, empregou-se a segmentação adotada pelo IBGE, que separa a força de trabalho pelos seguintes conjuntos de atividades econômicas:

- *Agrícola*: engloba as atividades do setor primário.
- *Indústria*: engloba as atividades do setor industrial com exceção da indústria de transformação.
- *Indústria de Transformação*: engloba as atividades industriais de transformação.
- *Construção*: engloba as atividades ligadas à construção civil.
- *Comércio e Reparação*: engloba as atividades de comercialização.
- *Alojamento e Alimentação*: engloba as atividades de hospedagem e alimentação (inclusive ambulantes).
- *Transporte, Armazenagem e Comunicação*: engloba as diversas modalidades de transporte e armazenagem, atividades de comunicação bem como as atividades de agenciamento de viagens.
- *Administração Pública*: engloba as atividades inerentes ao poder público.
- *Educação, Saúde e Serviços Sociais*: engloba as atividades educacionais, de saúde e demais serviços sociais.
- *Serviços Domésticos*: engloba os serviços prestados em domicílio.
- *Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais*: engloba os demais serviços pessoais e, entre estas, as atividades relacionadas ao lazer e entretenimento.
- *Outras Atividades*: engloba demais atividades e, entre estas, as atividades de locação/aluguel de veículos.

Neste universo, selecionaram-se os entrevistados que possuíam ocupação laboral inseridas nos segmentos destacados para esse estudo. Aliadas a estas informações, coletou-se ainda dados referentes à renda mensal declarada, à escolaridade de cada entrevistado, ao número de anos de estudo, bem como, à existência ou não de registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Ressalta-se que, ao se selecionar os entrevistados e se coletar os microdados existentes, considerou-se *todos* os pesquisados que possuíam alguma ocupação laboral na semana, adotada pelo IBGE como referência, bem como nos 365 dias anteriores a esta data limite, incluindo-se, assim, todos os trabalhadores com idade superior a 10 anos – idade limite para caracterização da População Economicamente Ativa/PEA, segundo a metodologia do IBGE.

Neste contexto, destaca-se que há casos em que a renda mensal auferida por cada trabalhador é ignorada e/ou não foram declaradas pelos entrevistados, bem como há casos ainda que os entrevistados afirmam ser “trabalhadores não-remunerados”, auferindo portanto renda igual a R\$ 0,00 (zero), não os excluindo deste levantamento uma vez que sua inclusão nos permite perceber o dimensionamento de cada segmento estudado na totalidade de atividades ligadas ao turismo.

Assim, seguir-se-á o delineamento do setor turístico no Ceará e suas implicações no interior do estado e, neste contexto, tentar-se-á perceber como o comportamento da atividade na economia cearense pode ser vetor real desencadeador do desenvolvimento socioeconômico proposto e almejado.

4.2. SEGMENTOS TURISTICOS NO CEARÁ: ASPECTOS DESCRITIVOS

O turismo, como já afirmado, vem a cada dia ocupando posições de maior destaque e relevância no interior das economias. No cerne da economia cearense,

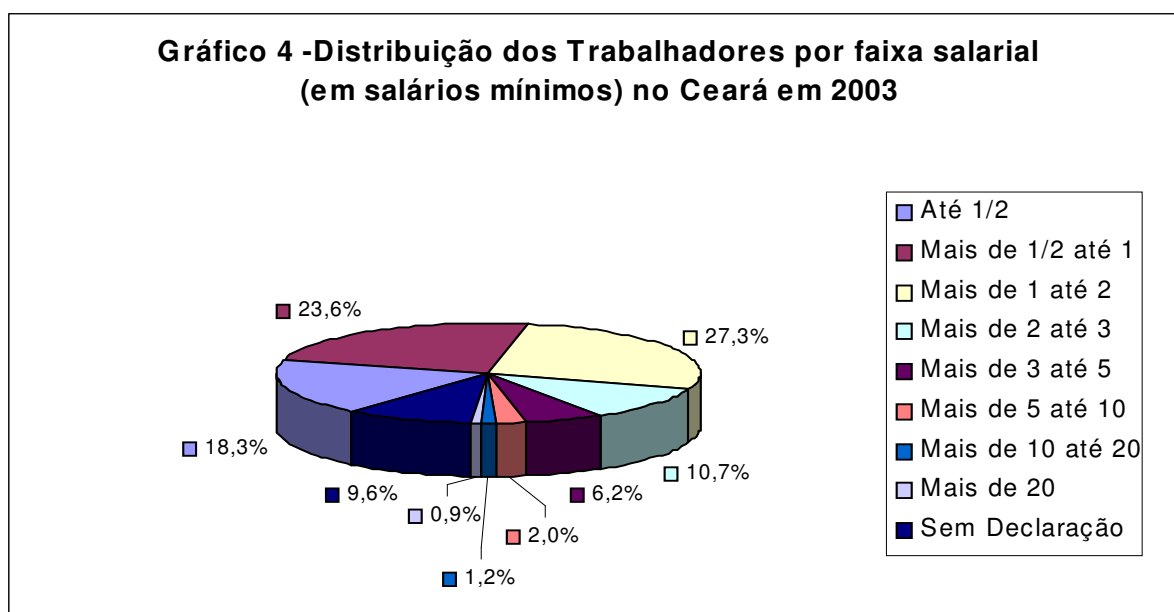
esta constatação não é diferente, tendo a atividade turística sensível importância na economia do Ceará.

TABELA 08 – PARTICIPAÇÃO DE CADA ATIVIDADE INERENTES AO TURISMO NO TOTAL DE EMPREGO E RENDA DO SETOR NO CEARÁ NO ANO DE 2003.

	Ocupação	Renda
Agências de Viagem e Turismo	1,09%	2,91%
Alimentação	57,61%	51,18%
Aluguel de Veículos	0,47%	0,34%
Hospedagem	5,90%	3,73%
Lazer	1,24%	0,47%
Transporte Aéreo	0,78%	0,83%
Transporte Rodoviário	32,92%	40,54%

Fonte: O autor a partir de dados da PNAD

No ano de 2003, a maior parcela de entrevistados dentro da realidade cearense trabalhavam no setor de alimentação, perfazendo 57,61% do total de ocupações laborais. O segundo segmento de destaque foi o setor de Transporte Rodoviário de Passageiros seguido pelo setor de Hospedagem, com 32,92% e 5,95% respectivamente. Os setores de Lazer, de Agenciamento de Viagens, de Transporte Aéreo, de Aluguel de Veículos somavam juntos 3,58% do total das ocupações de trabalho.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD

Conforme o gráfico acima, a maioria da força de trabalho das atividades inerentes ao setor de turismo recebia entre 01 e 02 salários mínimos (salário mínimo em 2003: R\$ 240,00) seguidos pelos que recebiam entre ½ e 01 salário mínimo com 27,3% e 23,6% respectivamente. Um dado relevante é que mais de 18% dos trabalhadores declararam receber até ½ salário mínimo, incluindo entres estes aqueles que declararam ser “trabalhadores não-remunerados”. Ainda neste contexto, do total de trabalhadores, apenas 28% dos entrevistados declaram ter registro formal em sua CTPS.

TABELA 09 – MÉDIA SALARIAL E DE ANOS ESTUDADOS POR CADA ATIVIDADE INERENTES AO TURISMO NO CEARÁ NO ANO DE 2003.

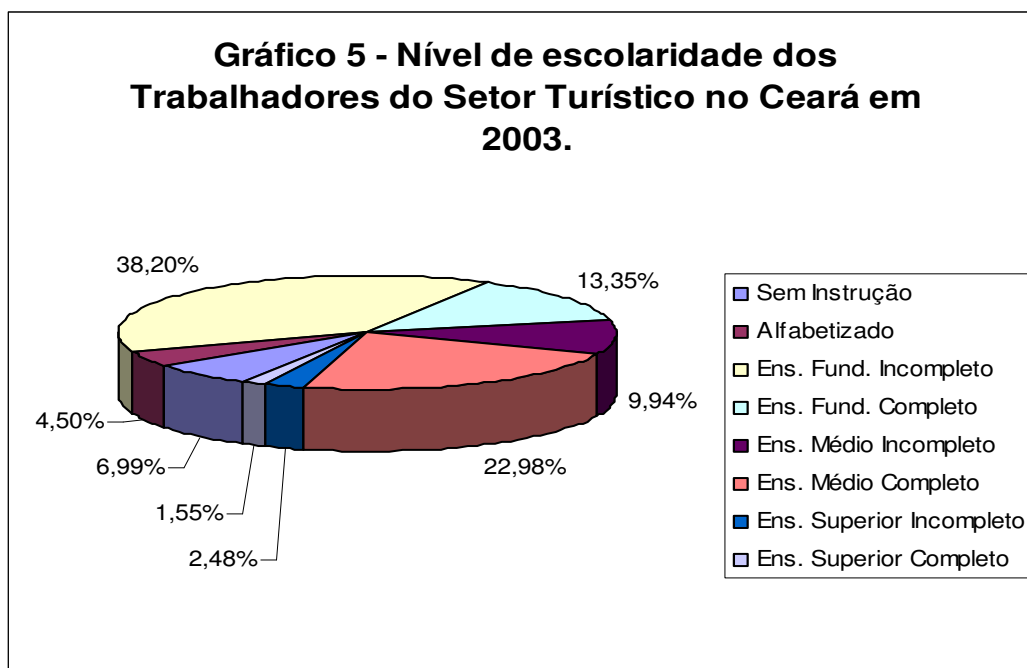
	Anos	Salário Médio (em Reais)
Agências de Viagem e Turismo	11,86	1060,57
Alimentação	6,58	402,31
Aluguel de Veículos	9,00	440,00
Hospedagem	8,37	289,09
Lazer	5,25	172,86
Transporte Aéreo	9,80	424,00
Transporte Rodoviário	7,42	510,18

Fonte: O autor a partir de dados da PNAD

Ainda no tocante aos rendimentos obtidos por esses trabalhadores, a renda mensal média auferida no ano de 2003 ficou em R\$ 438,99, correspondendo a aproximadamente 1,8 salários mínimos. O segmento que apresentou as melhores médias salariais no referido ano foi o de Agências de Viagens, seguido do Transporte Rodoviário de Passageiros. A área de lazer aparece com os mais baixos salários, sendo a média salarial do setor correspondente a 72% do salário mínimo pago na época.

Quanto ao nível de escolaridade, a média de anos estudados foi de 7,04, sendo que 38,2% dos entrevistados possuem o Ensino Fundamental incompleto. As melhores médias de anos estudados estão nos segmentos de Agências de Viagens, com 11,86 anos, e de Transporte Aéreo, com 9,8 anos. O segmento de alimentação, que possui o maior número de ocupações laborais, apresenta a segunda menor

média de anos estudados (6,58 anos), perdendo apenas para o segmento de Lazer, com a média de 5,25 anos de estudo.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD

O ano de 2004, não se configurou como um ano muito diferente do ano anterior. A média salarial sofreu uma redução, ficando em R\$ 437,71 bem como a quantidade de anos estudados também reduziu para 6,94. Na distribuição das ocupações laborais, os três segmentos de maior destaque foram: o setor de Alimentação, que apresentou 58,66%; o setor de Transporte Rodoviário de Passageiros, com 33,7%; e o setor de Hospedagem, apresentando 5,09% das ocupações. Os demais setores pesquisados totalizam juntos 2,54% das ocupações laborais registradas em 2004.

O setor de alimentação continua apresentando maior destaque no peso total de participação no setor turístico. Em contrapartida, apresenta a menor média em anos de estudos, 6,16, média esta inferior à média de anos estudados registrada na totalidade do setor turístico, bem como apresenta média salarial (R\$ 313,23) também inferior a média registrada no setor.

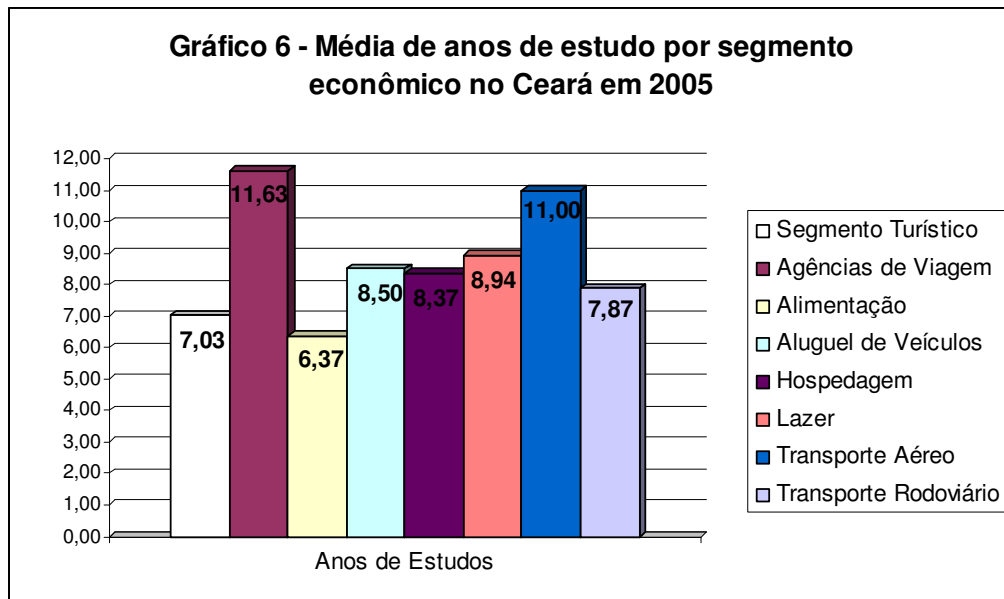
TABELA 10 – PARTICIPAÇÃO DE CADA ATIVIDADE INERENTE AO TURISMO NO TOTAL DE EMPREGO COM A RESPECTIVA MÉDIA SALARIAL E A MÉDIA DE ANOS ESTUDADOS POR CADA ATIVIDADE NO CEARÁ NO ANO DE 2004.

	Ocupação	Anos	Salário Médio (em Reais)
Agências de Viagem e Turismo	0,48%	13,67	400,00
Alimentação	58,66%	6,16	313,23
Aluguel de Veículos	0,79%	10,20	2400,00
Hospedagem	5,09%	9,50	523,39
Lazer	0,95%	6,17	228,00
Transporte Aéreo	0,32%	15,00	2750,00
Transporte Rodoviário	33,70%	7,70	558,65
Setor Turístico	-	6,94	437,71

Fonte: O autor a partir de dados da PNAD

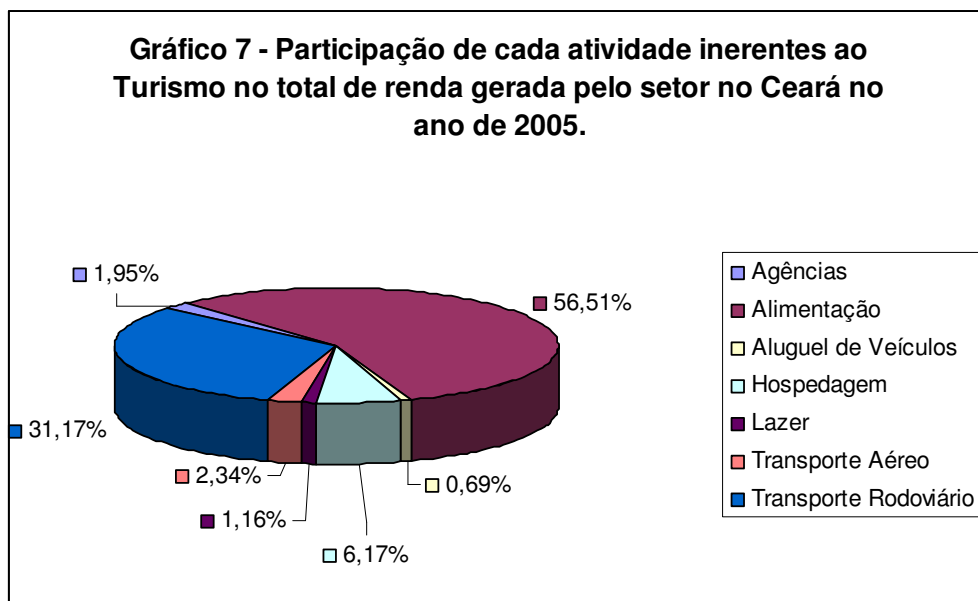
O segmento com a melhor média salarial em 2004 foi setor de Transporte Aéreo seguido do setor de Aluguel de Veículos com R\$ 2.750,00 e R\$ 2.400,00 respectivamente. Por sua vez, as melhores médias em anos estudados se encontram no setor de Transporte Aéreo e no setor de Agenciamento de Viagens.

Na totalidade de postos laborais, a maior parcela da força de trabalho recebia entre 01 e 02 salários mínimos (salário mínimo em 2004: R\$ 260,00), perfazendo 28,93% dos entrevistados, seguido de perto pela faixa entre ½ e 01 salário mínimo com 25,76%. No que tange às faixas de escolaridade, 35,77% dos entrevistados possuem o Ensino Fundamental incompleto seguido dos que possuem o Ensino Médio completo, com 23,85% dos trabalhadores inseridos nesse faixa.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD

No ano de 2005, a média de anos estudados foi de 7,03 com destaque para o setor de Agências de Viagens e Turismo, que possui a maior média de anos de estudos: 11,83 anos. O setor de alimentação, por sua vez, continua sendo destaque na geração de postos laborais, contudo apresenta a mais baixa média de anos de estudos com uma média inferior à média da totalidade dos entrevistados, apresentando 6,37 anos dedicados aos estudos.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD

A média salarial obtida pelos setores representativos da atividade turística em 2005 ficou em R\$ 485,58, correspondendo a 1,61 salários mínimos (salário

mínimo em 2005: R\$ 300,00). O segmento de alimentação que possui uma maior participação na renda total gerada pelo setor turístico (56,51%) apresentou média salarial de R\$ 432,95.

O setor de Transporte Rodoviário de Passageiros é o segundo segmento na participação da renda laboral do turismo com 31,17% e apresenta média salarial superior a 1,97 salários mínimos, perfazendo o montante de R\$ 591,47. No que concerne ao estudo, o segmento apresenta média de 7,87 anos dedicados ao estudo.

O segmento de Locação de Veículos apresenta-se como o menos expressivo no ano de 2005, com participação de 0,69% da renda gerada pelo trabalho. A média salarial do setor foi de R\$ 579,50 e os trabalhadores do segmento apresentavam a média de 8,50 anos de estudo.

No ano de 2006, o turismo registrava uma participação de 6,2% das ocupações na economia brasileira, sendo responsável pela geração de 5,7% da renda total do trabalho gerada no país. No caso do Nordeste, o turismo correspondia a 5,8% dos postos laborais e auferia uma renda do trabalho de 8,9%, porcentagem esta superior ao peso do segmento a nível nacional (8,1%) (SOUZA; SILVEIRA NETO, 2009).

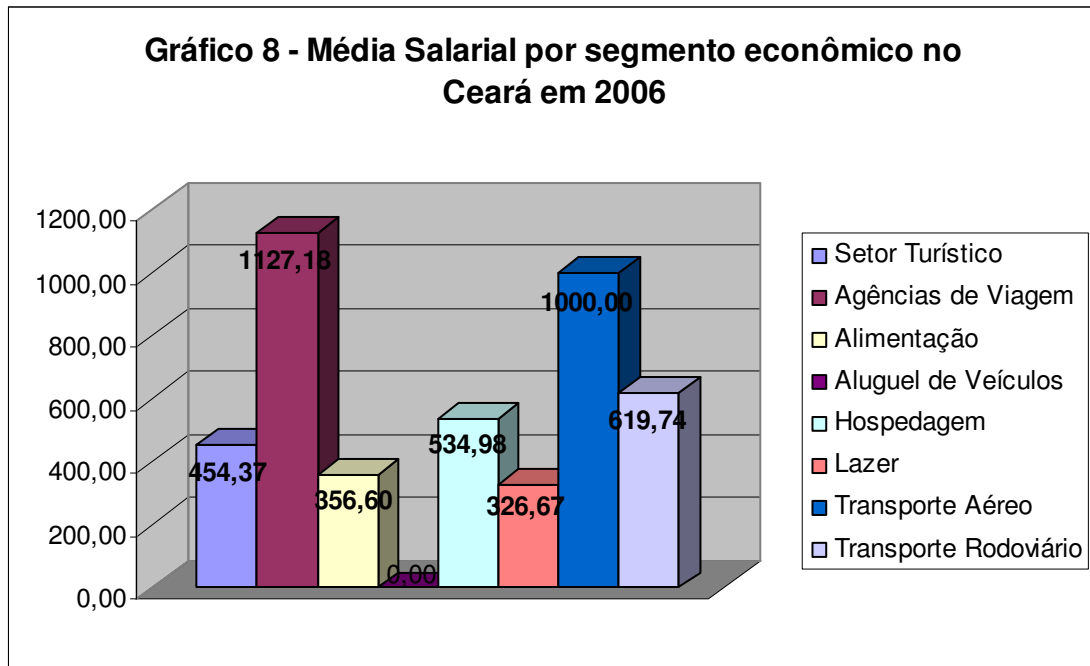
TABELA 11 – PARTICIPAÇÃO DE CADA ATIVIDADE INERENTES AO TURISMO NO TOTAL DE EMPREGO POR SETOR NO CEARÁ EM 2006.

	Ocupação
Agências de Viagem e Turismo	1,40%
Alimentação	63,28%
Aluguel de Veículos	0,25%
Hospedagem	7,13%
Lazer	0,89%
Transporte Aéreo	0,13%
Transporte Rodoviário	26,37%

Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

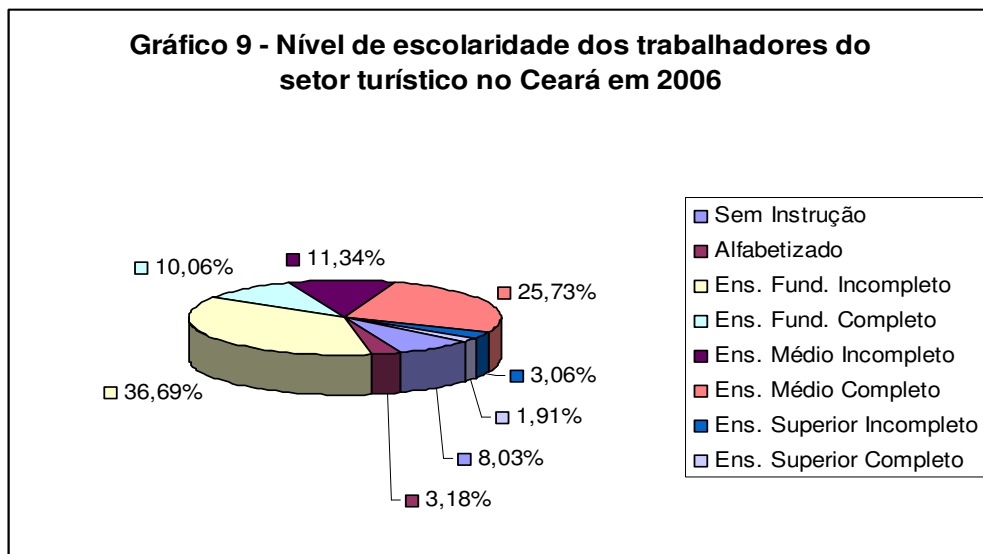
O Ceará, por sua vez, apresentava 6% de suas ocupações laborais inerentes ao turismo e estas geraram uma renda oriunda do trabalho no montante de

6,3%, valores estes que se assemelham aos valores assumidos em nível de Brasil (6,2% e 5,7 respectivamente). (SOUZA; SILVEIRA NETO, 2009).



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

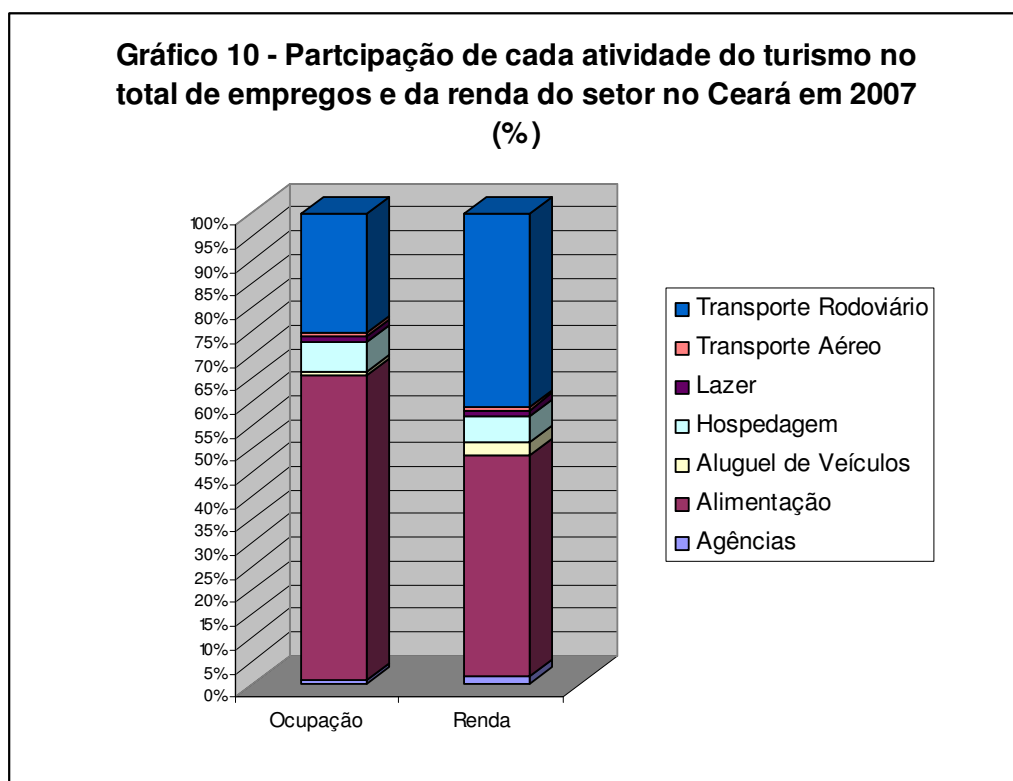
Deste universo, o setor dos serviços de alimentação segue como o setor com a maior participação no total de emprego com 63,28% e média salarial de R\$ 356,60. Os setores com menor expressividade em termos de empregabilidade foram os segmentos de Aluguel de Veículos e o de Transporte Aéreo, apresentando participação de 0,25% e 0,13% respectivamente.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

No tocante à escolaridade, 36,69% dos trabalhadores possuem o Ensino Fundamental incompleto, sendo a média de anos de estudos pelo conjunto de entrevistados de 7,26 anos. Os segmentos que apresentaram as mais significativas médias de anos dedicados ao estudo foram o setor de Locação de Veículos e o de Transportes Aéreos com 11,50 e 11 anos respectivamente. Os setores com as menores médias de anos escolares foram os serviços de alimentação, com 6,75 anos, e o setor de Transporte Rodoviário de Passageiros, com 7,80. Vale destacar que ambos também representam os setores com maior peso dentro dos segmentos econômicos relacionados à atividade turística.

Os dados do ano de 2007 não se comportaram muito diferente dos anos anteriores. O setor em sua totalidade apresentou média salarial de R\$ 526,74 e escolaridade média de 7,39 anos dedicados aos estudos. O setor de serviços alimentícios foi o segmento de maior peso dentro da empregabilidade do setor turístico. Este segmento econômico apresentou participação de 46,74% na geração de renda do turismo e 64,69% das ocupações laborais.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

Observando-se cada segmento econômico, o setor de Alimentação apresentou a maior participação na geração de ocupações laborais e também a

menor média salarial em 2007 (R\$ 382,56) e a menor escolaridade média com apenas 6,87 anos de estudos. O segmento com menor peso na economia turística do Ceará foi o setor de Transporte Aéreo, apresentando em contrapartida a maior escolaridade média – 12,75 anos de estudo – e a segunda melhor média salarial – R\$916,33.

A maior média salarial foi alcançada pelo segmento de Agenciamento e Guiamento de Viagens com salário médio de R\$ 1.300,00, tendo este segmento a segunda melhor média de escolaridade com 12,50 anos dedicados ao estudo.

TABELA 12 – ESCOLARIDADE MÉDIA E RENDIMENTO MÉDIO POR SETORES NO CEARÁ EM 2007

Escolaridade Média – Anos de estudo			
Agências de Viagem	Alimentação	Aluguel de Veículos	
12,50	6,87	11,43	
Hospedagem	Lazer	Transporte Aéreo	Transporte Rodoviário
8,15	9,80	12,75	7,98
Rendimento Médio de Pessoal Ocupado (em Reais)			
Agências de Viagem	Alimentação	Aluguel de Veículos	
1.300,00	382,56	1.457,14	
Hospedagem	Lazer	Transporte Aéreo	Transporte Rodoviário
523,03	617,78	916,33	808,24

Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

4.3. EVOLUÇÃO DO SETOR TURÍSTICO NO CEARÁ ENTRE 2003 E 2007: FATOR PARA O DESENVOLVIMENTO?

Segundo os valores e dados apresentados e descritos acima, a Cadeia Produtiva do Turismo apresenta significativa importância dentro da economia

cearense. No período estudado, os setores ligados ao setor turístico apresentaram sutil evolução bem como pouca variação nos dados elencados.

A tabela abaixo descreve a evolução do tempo dedicado aos estudos, bem como a renda auferida pelo pessoal ocupado em atividades ligadas ao setor turístico ao longo do período 2003 – 2007. Os dados apontam um sutil aumento nos anos dedicados aos estudos pela força de trabalho ocupada em segmentos da cadeia produtiva do turismo.

TABELA 13 – ESCOLARIDADE MÉDIA E RENDIMENTO MÉDIO NO SETOR TURÍSTICO (2003 – 2007)

	2003	2004	2005	2006	2007
Escolaridade Média – Anos de estudo	7,04	6,94	7,03	7,26	7,39
Rendimento Médio de Pessoal Ocupado (em Reais)	438,99	437,71	485,48	454,37	526,74

Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

Ao longo do período estudado, o salário mínimo adotado no Brasil aumentou de R\$ 240,00 em 2003 para R\$ 380,00 em 2007, representando um aumento de 58% no valor nominal do salário. Ao se observar a evolução da média salarial constatada nas ocupações laborais do turismo, esse aumento do poder aquisitivo da força de trabalho não pode ser percebida na renda média mensal desses trabalhadores. Em 2003, o setor turístico remunerava sua força de trabalho com a média mensal de R\$ 438,99, correspondendo a 1,83 salários mínimos e, em 2007, remunerava com R\$ 526,74, correspondendo a 1,39 salários mínimos, representando assim um aumento de 20% no poder aquisitivo dessa força laboral, contudo uma redução real em termos de salários mínimos.

TABELA 14 – EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO NO BRASIL (2003 – 2007)

	Salário Mínimo (R\$)	Aumento (%)	Salário Médio do Turismo (R\$)	Aumento (%)
2003	240,00	-	438,99	-
2004	260,00	08,33	437,71	- 00,29
2005	300,00	15,38	485,48	10,91
2006	350,00	16,67	454,37	- 00,41
2007	380,00	08,57	526,74	15,93

Fonte: O autor.

Com essa constatação, é possível se perceber que o aumento obtido na renda do trabalhador brasileiro não foi tão marcante nos segmentos ligados à atividade turística. Assim sendo, observa-se que esse aumento do poder aquisitivo e da renda laboral não foi sentido por aqueles que ocupam postos de trabalhos da atividade turística e, assim, não foram marcadamente percebidas no entorno desses trabalhadores ligados ao turismo.

Apontando o turismo como vetor de desenvolvimento, a renda auferida pelos postos de trabalho é um dos primeiros indicadores da internalização dos possíveis benefícios econômicos gerados pelo setor. No caso do Ceará, esse sutil aumento da média salarial denota que o impacto gerado pela atividade turística no PIB do estado na ordem média de 8,86%, no período entre 2003 e 2007, não são perceptíveis pelas comunidades e pelos trabalhadores receptores dos fluxos turísticos.

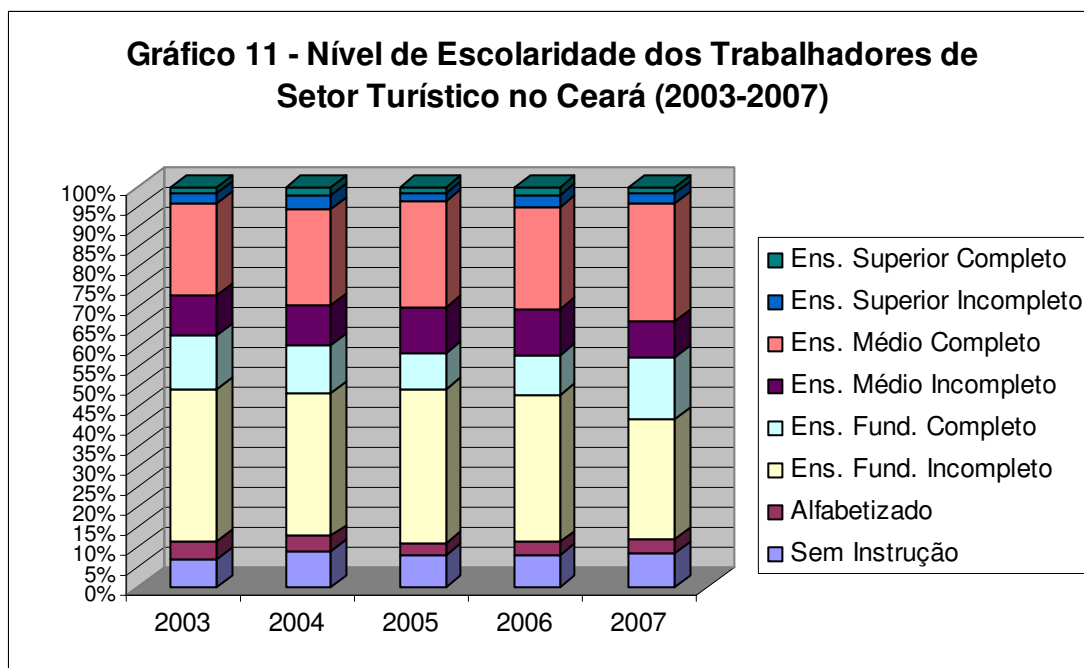
TABELA 15 – RECEITA TURÍSTICA E IMPACTO SOBRE O PIB NO CEARÁ (2003/2007)

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
1. Gasto Percapita (R\$)	837,51	984,66	1.168,41	1.210,63	1.223,14
2. Receita Turística Direta (R\$ milhões)	1.298,9	1.757,0	2.300,4	2.496,9	2.543,6
3. Renda Gerada (R\$ milhões)	2.273,0	3.074,7	4.025,8	4.369,6	4.451,4
4. Impacto sobre o PIB (%)	7,0	8,3	9,8	9,9	9,3

Fonte: Adaptado de CEARÁ. SECRETARIA DE ESTADUAL DE TURISMO, 2009.

A tabela acima revela os constantes aumentos na renda gerada pelo turismo na economia cearense. Entre 2003 e 2007, a renda gerada pelo setor teve um aumento de aproximadamente 95,84%. A receita turística direta também teve aumentos no período de 2003-2007, saindo de R\$ 1.298,9 milhões em 2003 para R\$ 2.543,6 milhões em 2007. Neste contexto de significativos aumentos nos rendimentos gerados pela atividade turística e do inexpressivo aumento sentido pela força de trabalho, é possível perceber que a população é a que recebe os menores impactos/benefícios diretos decorrentes da atividade turística fragilizando a idéia do turismo como fator marcante de desenvolvimento socioeconômico.

Outro aspecto relevante é a escolaridade média observada pelos trabalhadores do setor turístico. A média de anos dispensados aos estudos tem uma média global no período 2003-2007 de 7,13 anos, apontando que a grande maioria da força laboral possui apenas o ensino fundamental incompleto.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

No ano de 2006, por exemplo, é possível perceber as disparidades na qualidade entre as ocupações laborais, a escolaridade média e as médias salariais apresentadas por cinco segmentos distintos da economia brasileira.

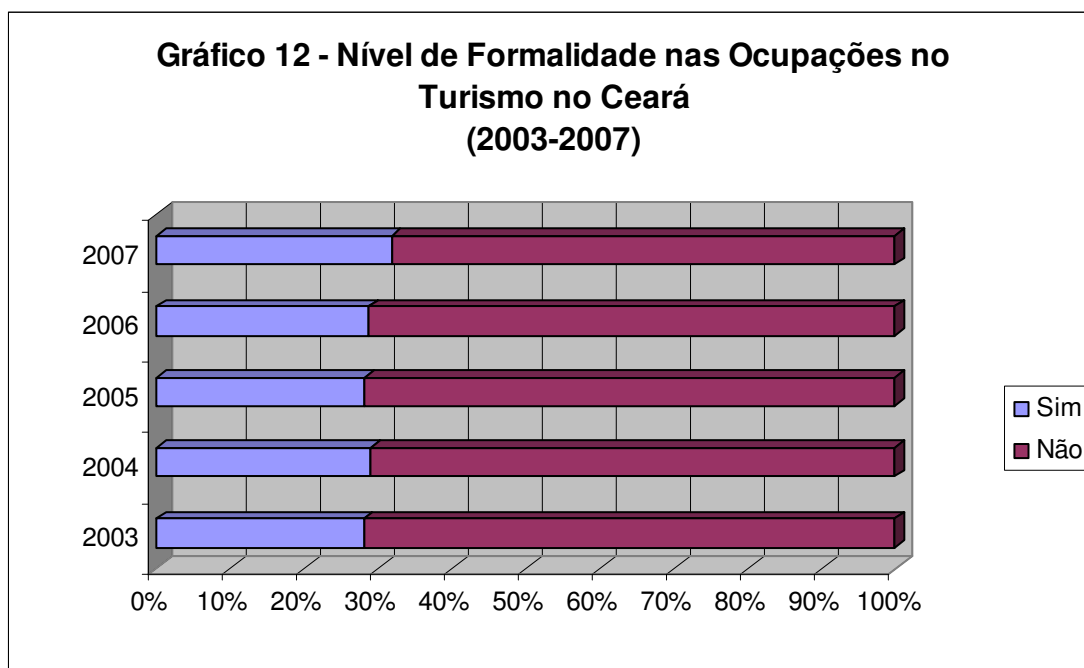
TABELA 16 – ESCOLARIDADE MÉDIA E RENDIMENTO MÉDIO POR SETORES EM 2006

	Agricultura	Indústria	Const. Civil	Serviços	Turismo	Turismo Ceará
Escolaridade Média – Anos de estudo						
Nordeste	2,8	6,9	4,9	8,0	7,1	7,26
Brasil	3,7	8,2	5,8	8,9	7,8	
Rendimento Médio de Pessoal Ocupado (em Reais)						
Nordeste	124,99	526,36	512,68	610,82	512,27	454,37
Brasil	264,15	882,99	657,60	895,62	736,81	

Fonte: SOUZA; SILVEIRA NETO, 2009 com acréscimos por parte do autor.

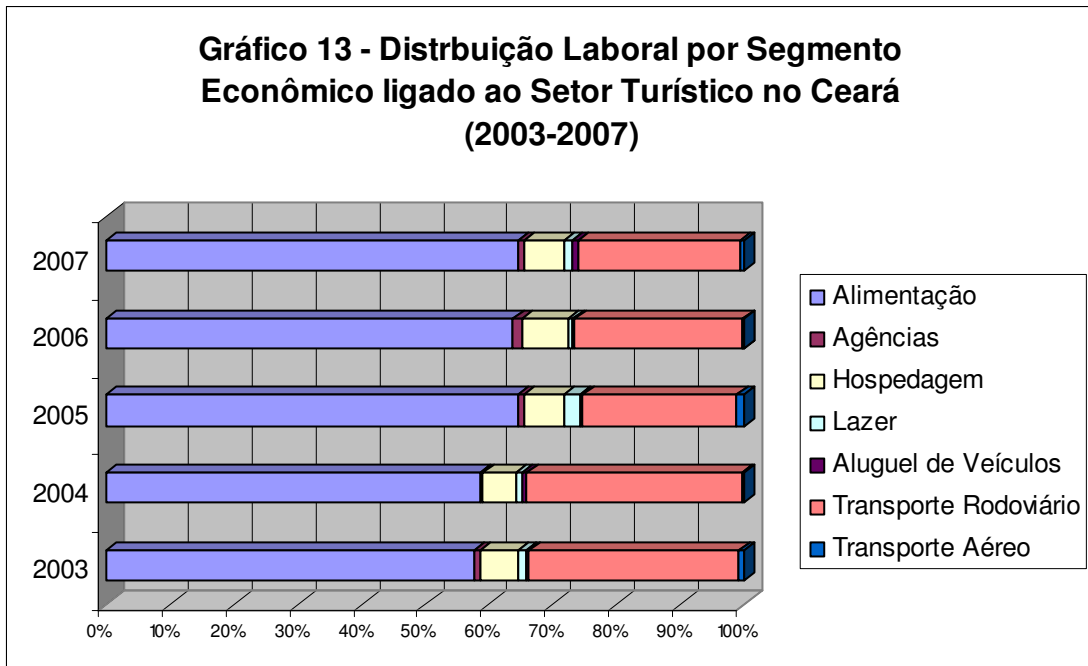
Como podem ser constatados na tabela acima, com exceção do setor primário, os demais setores da economia têm média salarial superior às médias apresentadas pelo segmento turístico em nível de Nordeste. O Ceará, comparado com a realidade nordestina e brasileira em termos de atividade turística, apresenta média salarial mensal inferior à média encontrada nestes outros níveis. No concernente à escolaridade média, a realidade cearense apresenta-se melhor que o contexto apresentado no Nordeste, mas abaixo da média observada no Brasil.

Vale ressaltar um dado contrastante e interessante ao se contrapor os setores econômicos no Nordeste. Com exceção das médias relacionadas à agricultura, a construção civil apresenta as menores médias de escolaridade, apesar de apresentar salários mensais médios superiores aos apresentados pela atividade turística no mesmo período, ainda que este segmento possua média em anos de estudos superior.



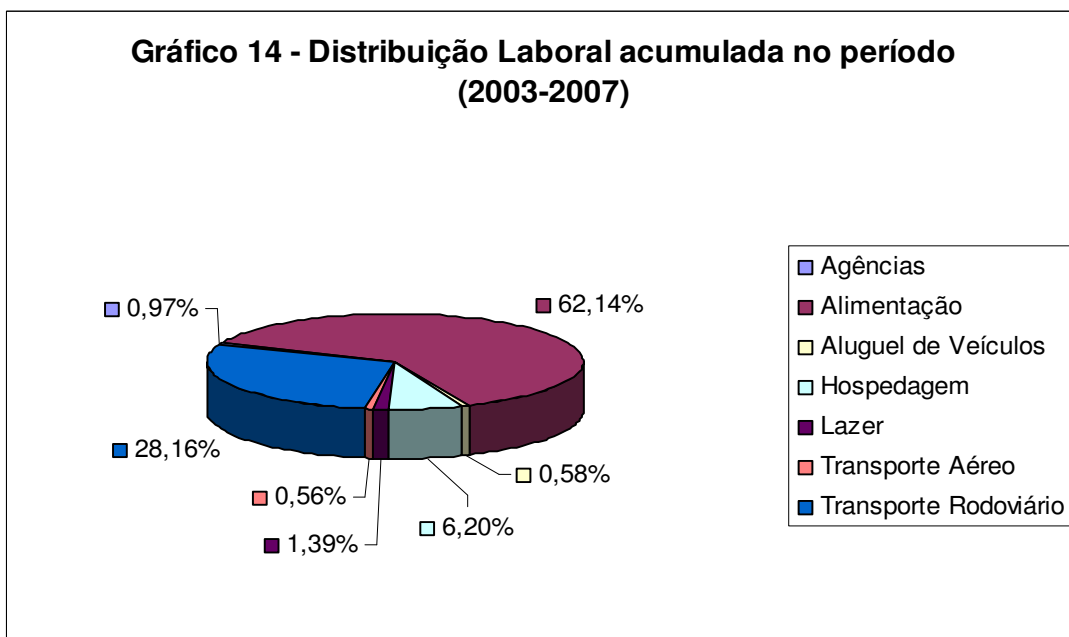
Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

Tal situação pode ser explicada, ainda que em parte, pelo baixo grau de formalidade nas relações trabalhistas encontradas. No Ceará, a minoria dos entrevistados declarou ter registro formal na CTPS. Assim, nesse contexto de informalidade, observa-se uma marcante fragilização das relações laborais, apontando um cenário de instabilidades para os trabalhadores do setor turístico.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

Neste contexto de baixo grau de formalidade nas relações trabalhistas dentro da cadeia produtiva do turismo, o segmento de Serviços Alimentícios, como já afirmado, apresenta o maior número de postos laborais no período estudado. O segundo segmento de destaque é o setor de Transporte Rodoviário de Passageiros. Entre 2003 e 2007 os demais segmentos apresentam acumuladamente 9,7% dos empregos ligados ao turismo.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

O setor alimentício ainda que apresente o maior número de postos de trabalho, apresenta média salarial inferior à média do setor turístico no período em estudo. Quanto à escolaridade média, o setor de alimentação também apresenta as menores médias em anos de estudo ao longo do período estudado.

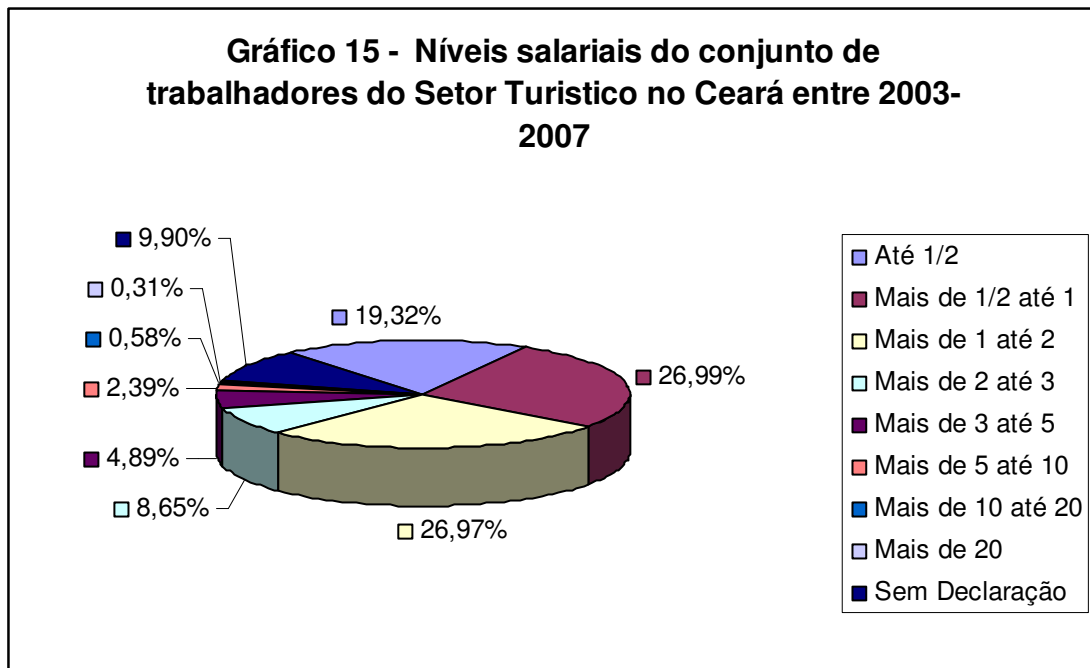
TABELA 17 – ESCOLARIDADE MÉDIA E RENDIMENTO MÉDIO POR SETORES NO CEARÁ

	Agências Viagens	Alimentação	Aluguel Veículos	Hosped.	Lazer	Trans. Aéreo	Trans. Rodov.
Escolaridade Média – Anos de estudo							
2003	11,86	6,58	9,00	8,37	5,25	9,80	7,42
2004	13,67	6,16	10,20	9,50	6,17	15,00	7,70
2005	11,63	6,37	8,50	8,37	8,94	11,00	7,87
2006	10,91	6,75	11,50	8,74	8,86	11,00	7,80
2007	12,50	6,87	11,43	8,15	9,80	12,75	7,98
Rendimento Médio de Pessoal Ocupado (em Reais)							
2003	1.060,57	402,31	440,00	289,09	172,86	424,00	510,18
2004	400,00	313,23	2.400,00	523,39	228,00	2.750,00	558,65
2005	928,57	432,95	579,5	479,51	258,67	1.118,57	591,47
2006	1.127,18	356,60	-	534,98	326,67	1.000,00	619,74
2007	1.300,00	382,56	1.457,14	523,03	617,78	916,33	808,24

Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

(Obs: No ano de 2006 o segmento de Aluguel de Veículos não teve renda laboral declarada)

O segundo segmento de destaque na geração de renda do trabalho entre os anos de 2003 e 2007 foi o setor de Transporte Rodoviário de Passageiros. Este segmento apresentou salário médio superior à média global encontrada no setor turístico, bem como escolaridade média também superiores às médias encontradas para o conjunto do setor.



Fonte: O autor a partir de dados da PNAD.

Nos aspectos de rendimento mensal, no período estudado, 26,99% dos trabalhadores percebiam entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo, seguido de perto pelos trabalhadores que recebiam entre 01 e 02 salários mínimos, com 26,97%. Um dado preocupante aponta que mais de 19% dos entrevistados recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, denotando uma pequena internalização da renda gerada no setor turístico via renda laboral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se entende como algo importante que o turismo, para que funcione realmente como fator de desenvolvimento, seja necessário compreender como se processam as inúmeras atividades no interior de sua cadeia, bem como se dá a distribuição dos fatores de produção, capital e mão-de-obra nos diversos segmentos que compõem a atividade turística.

Como já descrito, a atividade turística apresenta-se como fator importante na dinâmica econômica brasileira e, neste estudo, na dinâmica cearense. A Cadeia Produtiva do Turismo, ainda que não apresentada em sua totalidade, pôde ser representada por seus segmentos-chave, ou seja, a partir de seu tripé básico aliado a setores de ação direta sobre estes. Tal delineamento aponta, como já afirmado, um dimensionamento do setor maior que sua importância real, ainda que não invalide o estudo empreendido até então.

Ao se descrever o comportamento de 07 setores ligados diretamente à dinâmica turística, objetivou-se delinear a importância que esta podia apresentar no interior da economia cearense e como essa importância se revertia em benefício para o desenvolvimento do entorno no qual a atividade se insere.

Como mostrado, o turismo no Ceará vem alcançando ano a ano maior importância dentro da economia do estado. O impacto do segmento turístico no PIB cearense revela a gradual importância que esta atividade representa para a conjuntura econômica vivenciada no Ceará. Frente a esta realidade, a partir da qual o turismo representa quase 10% da renda gerada no período de 2003 a 2007, questionam-se as razões que expliquem porque a população local não sente marcadamente esses impactos no seu entorno habitual.

Os dados elencados anteriormente apontam que a crescente evolução na importância do segmento turístico não se reflete em sua força laboral. A renda mensal do trabalhador brasileiro, refletida pelo salário mínimo adotado nos país, evoluiu em cifras superiores à renda mensal média auferida pelos segmentos que compõem o *trade* turístico. Ainda que o segmento remunere em média com valores

superiores a um salário mínimo, é possível perceber que a remuneração média mensal do massa laboral do turismo não acompanhou a evolução observada no aumento do salário mínimo, bem como da renda gerada pelo setor no período estudado.

Para a garantia de um desenvolvimento socioeconômico concreto, o crescimento econômico gerado por qualquer atividade deve possibilitar ao maior número de beneficiários diretos e indiretos o maior acesso possível aos resultados desse crescimento. Assim, percebe-se que os rendimentos recebidos pelos trabalhadores são um dos primeiros indícios para se perceber se um segmento econômico de fato está desencadeando desenvolvimento no interior de uma economia.

Na realidade cearense, observou-se uma redução do poder aquisitivo daqueles trabalhadores ligados a atividades do setor turístico não acompanhando a dinâmica imposta pelo próprio segmento turístico. Como já mostrado, fluxos turísticos, renda geradas, impactos no PIB, todos esses indicadores sofreram gradual evolução ao longo tempo, atestando um crescimento dos impactos da cadeia produtiva do turismo no Ceará, porém, como já afirmado, a força laboral do segmento não vem acompanhando essa evolução e não vem internalizando os benefícios gerados pelo aumento dos valores desses indicadores.

Neste trabalho, não se defende o processo de desenvolvimento adjetivado sob qualquer alcunha. Acredita-se que independente da forma que ele se configure, ele precisa beneficiar proporcionalmente a todos os implicados e impactados por sua ação. No caso do Ceará, o crescimento econômico ocasionado pelo turismo pôde ser sentido nas cifras geradas pelo segmento, contudo seu efeito multiplicador não foi sentido pela força laboral que possibilitou a geração de parte destes rendimentos.

Apontou-se ao longo do que foi descrito, que o segmento de Serviços Alimentícios apresentava maior peso na geração de postos de trabalho, bem como na geração da renda laboral conforme o rendimento mensal médio auferido para o setor. Observou-se, neste contexto, que as menores médias salariais mensais foram também encontradas neste segmento – exceção feita ao setor de Lazer e Entretenimento que apresentou ao longo do período médias inferiores às médias

vistas na Alimentação –, o que destaca que o segmento foi o que também menos se beneficiou da evolução sentida pelo setor turístico.

Outro aspecto que denota a fragilidade do almejado desenvolvimento na realidade cearense pôde ser percebido pelo baixo grau de formalidade nas relações laborais presentes no segmento turístico. Os dados revelaram um quadro em que a informalidade apresenta números muito superiores, mostrando marcante grau de fragilidade nas relações laborais no segmento turístico.

Algumas conjecturas podem explicar esse quadro:

- A acentuada sazonalidade de fluxos turísticos, caracterizado pelos momentos de altas e baixas estações turísticas no estado, o que desencadeia esse feito para as relações laborais dentro do turismo, tornando a mão-de-obra extremamente flutuante e
- A presença marcante de força de trabalho em processo de qualificação (estagiários), ocupando postos remunerados ou não, sem com isso ter registro formal da empregabilidade.

Esse quadro de informalidade dentro do turismo, segmento econômico com uso intensivo de mão-de-obra, torna-se preocupante, pois denota pouca preocupação das empresas e empreendimentos turísticos com a perspectiva de futuro dos trabalhadores, uma vez que as relações informais não garantem os benefícios e direitos já conquistados pelos e para os trabalhadores.

Outro aspecto a ser destacado está relacionado à escolaridade média dos trabalhadores dos setores ligados ao turismo. Quando se descreveu o ano de 2006, foi possível contrastar as atividades turísticas com outros segmentos econômicos, entre estes o próprio setor de serviços. Com exceção do setor de serviços e o da indústria em nível de Brasil, os demais segmentos possuem escolaridade média medida em anos de estudos inferiores aos encontrados no setor turístico. Em nível de Nordeste, a Indústria e a Construção Civil, ainda que possuam escolaridade média inferior à encontrada no Turismo, possuem remuneração mensal média superior à auferida pelos setores inerentes à cadeia do turismo. Tal conjuntura revela a existência de uma mão-de-obra mais qualificada que não percebe rendimentos que se compatibilizem com essa maior qualificação.

Os dados apresentados apontam que a maior parte dos entrevistados possui o ensino fundamental incompleto seguido pelos que concluíram o Ensino Médio correspondendo a 61,66% dos trabalhadores. Em contrapartida, a maioria dos entrevistados se encontra em faixas salariais entre $\frac{1}{2}$ e 01 e entre 01 e 02 salários mínimos com quase 64% da força laboral somada aos 19,32% dos trabalhadores que recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O contexto apresentado acima denota uma qualificação mais elevada por parte da força laboral, força esta que não vem sendo remunerada de forma equivalente à qualificação laboral que apresenta.

A descrição realizada até então revela um contexto econômico adverso aos pressupostos do desenvolvimento, quer seja ele endógeno, quer seja sustentável, local ou com qualquer adjetivo que o possa qualificar. Entre as teorias desenvolvimentistas, é consenso que os impactos positivos de uma determinada atividade econômica devam se enraizar no entorno onde esta atividade se desenvolve, bem como as externalidades negativas produzidas devem ser minimizadas.

O contexto econômico encontrado no estado do Ceará relacionado às atividades ligadas à cadeia produtiva do Turismo aponta que o desejado desenvolvimento socioeconômico vem sendo relegado a condições inferiores ao almejado crescimento econômico. As cifras do turismo vêm ao longo do tempo aumentando consideravelmente. Fluxos turísticos são sempre crescentes no estado. A ocupação hoteleira também vem aumentando ano a ano, porém os prováveis beneficiários primeiros dos impactos gerados pelo setor não sentem esses aumentos, pois seu poder aquisitivo e de conseqüente melhoria de vida não acompanhou os aumentos vivenciados pelo setor.

A entrada de capital internacional, quer via investimento econômico, quer via turistas internacionais, ao longo do período estudado, também se apresenta em marcado crescimento, o que pode ser sentido pelo indicadores apresentados ao longo desta pesquisa, contudo as comunidades receptoras destes investimentos e fluxos turísticos não são as maiores beneficiadas com esses aumentos, mostrando que o desenvolvimento está distante de se concretizar realmente no interior da economia cearense, sendo encontrado muito mais nos discursos do que na prática sentida e vivenciada pelo setor turístico.

Esta pesquisa enfrentou dificuldades ao tentar mensurar o setor porque os limites das atividades turísticas são limites ainda não definidos e imprecisos, e se teve que trabalhar com um alcance de importância maior que o vivenciado pelo setor. Aliado a este, têm-se muitos setores econômicos ligados direta ou indiretamente ao turismo, sendo um trabalho árduo mensurar a totalidade de atividades ligadas a este segmento.

O mérito deste trabalho está em definir os impactos econômicos do setor turístico no estado do Ceará, partindo da mão-de-obra que compõe o setor e da renda por ela auferida, e o fato de que para essa caracterização, ter-se utilizado os dados colhidos pelo IBGE em sua Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, usados comumente para análises sociais e não de âmbito econômico.

Esta pesquisa é apenas um pontapé inicial, um breve olhar sobre a Cadeia Produtiva do Turismo no interior da economia cearense e serve de subsídios para uma série de outras pesquisas que intentem desenhar os delineamentos que o setor turístico pode assumir.

Quanto ao questionamento que impulsionou esta pesquisa, obteve-se satisfatório êxito na busca pelos subsídios que respondessem essa indagação. Os pressupostos levantados também foram confirmados ainda que não nos tenha sido possível retratar fielmente a importância que a Cadeia Produtiva do Turismo assumiu no estado do Ceará no período de 2003 a 2007 uma vez que certos setores relacionados ao setor não foram levados em consideração neste estudo, o que, repete-se, não invalidou a tentativa de se entender a dinâmica da atividade turística a partir de sua força de trabalho e da renda gerada a partir deste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, C. B. **Turismo além do “sol e praia”:** uma análise na cidade de Fortaleza. Coleção Turismo Cearense. Ed. SENAC Nacional, Fortaleza, 2002.

ASSIS, L. F. de. *Turismo Sustentável e Globalização: Impasses e perspectivas*. In: **Revista da Casa de Geografia de Sobral/CE**. v. 4/5. Fortaleza: 2002/2003 (p. 131-142). Disponível em: <http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1158182459_43.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2008.

ÁRIAS, A. R.; BARBOSA, M. A. C. **Caracterização da mão-de-obra do mercado formal de trabalho do setor turismo – Estimativas baseadas nos dados da RAIS de 2004**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1308.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2008.

BARBOSA, F. F. *O Turismo Como um Fator de Desenvolvimento Local e/ou Regional*. In: **Caminhos de Geografia** - Revista on line (ISSN 1678-6343). Instituto de Geografia – UFU. Volume 10(14), Fev/2005. (p. 107-114). Disponível em <www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html > Acesso em: out. 2008.

BARRETO, M.; REJOWSKI, M. **Turismo: interfaces, desafios e incertezas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. (p. 11 – 103).

BARROS, R. p. de; MENDONÇA, R. S. P. de. **Uma avaliação da Qualidade do emprego do Brasil**. São Paulo: IPEA, 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1995/td_0381.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2008.

BENEVIDES, I. P. *Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local*. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Bookman, 1998.

BOISIER, S. *Política econômica, organização social e desenvolvimento regional*. In: HADDAD, P. R.; CARVALHO FERREIRA, C. M. de; BOISIER, S. e ANDRADE, T. A. **Economia regional (teorias e métodos de análise)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1988.

_____. *¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización?*. In: **Revista de la CEPAL** 86. Agosto/2005. (p. 47-62). Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd30/G2282eBoisier.PDF>>. Acesso em: 03 jun. 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO/FGV. **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo**. Ano VI. N° 21. jan./2009. Disponível em: <http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/conteudo/boletim.php?in_secao=291> . Acesso em: 05 jun. 2009.

_____. **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo**. Ano VI. N° 22. abr/2009. Disponível em: <http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/conteudo/boletim.php?in_secao=291> . Acesso em: 05 jun. 2009.

_____. **Boletim de Desempenho Econômico do Turismo**. Ano VII. N° 23. jul./2009. Disponível em: <http://www.braziltour.com/site/br/dados_fatos/conteudo/boletim.php?in_secao=291> . Acesso em: 05 jun. 2009.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE TURISMO/MINISTÉRIO DO TURISMO. **Anuário Estatístico de Turismo – 2009 (Ano base 2008)**. Volume 36. Brasil: 2009.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de Desenvolvimento Econômico**. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em: Nov. 2008.

BRUNEL, S. *Turismo e Mundialização: rumo a uma disneylandização universal?* In: **Revista de geografia da UFC**. Ano 08. N° 15. Fortaleza: 2009.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. INCRA/IICA (mimeo). Brasília: 1999. Disponível em: <<http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/SergioBuarque.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2009.

_____. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CEARÁ. SECRETARIA DE ESTADUAL DE TURISMO. **Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará - 2004 a 2007**. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/setur/docs/estudos_e_pesquisas/plano_integrado_desenvolvimento_turistico_ceara_2004_2007.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2008.

_____. **Indicadores Turísticos 1995/2008**. SETUR/CE: 2009a. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/arquivos-do-estudos-e-pesquisas/Indicadores%202008.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2009.

_____. **Evolução Recente do Turismo no Ceará**. SETUR/CE: 2009b. Disponível em: <http://www.setur.ce.gov.br/categoria5/pdf/evolucao-turismo-ceara-v17.pdf/at_download/file>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CABRAL, J. C. de P. T. **O Papel do Turismo no Desenvolvimento de Cabo Verde – Turismo e Combate à Pobreza: Nu djunta-mô**. Dissertação não-publicada

apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional da Universidade Técnica de Lisboa. Portugal: Junho/2005. Disponível em: <http://www.adelinotorres.com/teses/Jos%C3%A9%20Carlos%20Cabral-Turismo%20em%20Cabo%20Verde_TESE%20DE%20MESTR.ADO.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2008.

COELHO, M. H. P. **Distribuição espacial da ocupação no setor de turismo: Brasil e regiões.** Rio de Janeiro: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1320.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2008.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE TURISMO. **Turismo no Brasil 2007 - 2010.** Junho/2006. (Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/Turismo_Brasil_2007_2010.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2008.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *Os limites do desenvolvimento e do turismo.* In: **Revista Pasos – Revista de Turismo y Patrimônio Cultural.** Vol 1. N° 02. Espanha: Universidad de La Laguna, 2003. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PASOS02.pdf#page=45>>. Acesso em: 24 nov. 2008.

COSTA, J. H. **Trabalhadores de verão: políticas públicas, turismo e emprego no litoral potiguar.** Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, 2007.

DONAIRE, D. *et al.* *A rede de negócios do turismo: um estudo sobre suas características e implicações estratégicas.* **Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica.** Vol. 11, nº 01. p. 112 – 134, jan/abr. 2009. Disponível em: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/viewFile/989/844>>. Acesso em: set. 2009.

FAPEC/SEBRAE/Fundação Cândido Rondon. **Proposta de elaboração de estudo da cadeia produtiva do turismo em Mato Grosso do Sul - Relatório Final.** Mato Grosso do Sul, Nov/2006. Disponível em: <<http://fcr.org.br/webfcr/cadeiassebrae/relatoriofinal-cadeia-turismo.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

FUNDAÇÃO CTI/NE. **O Desempenho do Turismo no Nordeste: 2002/08.** Abril/2009. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/categoria1/arquivos-do-estudos-e-pesquisas/Indicadores%20do%20Turismo%20no%20NE%20-%20Geral%202002-08.pdf>>. Acesso em: set. 2009.

IANNI, O. **Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IBGE. **Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006.** IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 57 p. Disponível em: <http://200.143.12.93/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/estudos_ibge/>

downloads_estudos_pesquisas_IBGE/ep_ie12_ecoturismo2003_2006_v4.pdf>.
Acesso em: Nov. 2009.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil - estimativas anuais da mão-de-obra informal ocupada em atividades características do turismo, tendo por base os resultados da pesquisa nacional por amostra de domicílios - PNAD - no período 2002 a 2005.** Brasília: IPEA, abril/2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33>. Acesso em: 02 nov. 2008.

_____. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil - estimativas referentes à dimensão da mão-de-obra formal do setor turismo com base nos dados da RAIS de 2006 e do CAGED 2007, para o Brasil, regiões e estados.** Brasília: IPEA, março/2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33>. Acesso em: 02 nov. 2008.

_____. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil - estimativas referentes à dimensão da mão-de-obra informal nas atividades características do turismo com base nos dados da PNAD 2006, para o Brasil, regiões e estados.** Brasília: IPEA, maio/2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33>. Acesso em: 02 nov. 2008.

_____. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil - caracterização da ocupação formal no turismo, com base nos dados da RAIS de 2002 e 2006, e da ocupação informal no turismo, com base nos dados da PNAD de 2002 e 2006.** Brasília: IPEA, setembro/2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33>. Acesso em: 02 nov. 2008.

_____. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil - estimativas referentes ao rendimento médio da ocupação formal em atividades características do turismo, com base em dados da GFIP.** Brasília: IPEA, Outubro/2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33>. Acesso em: 02 nov. 2008.

_____. **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor turismo no Brasil - estimativas da mão-de-obra formal ocupada em atividades características do turismo, para 20 municípios indutores do turismo dezembro 2002 - setembro 2008.** Brasília: IPEA, novembro/2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2971&Itemid=33>. Acesso em: 02 dez. 2008.

LEMOS, L. *O valor turístico: (re) definindo a economia do turismo.* In: BARRETO, Margarita & REJOWSKI, Mirian. **Turismo: interfaces, desafios e incertezas.** Caxias do Sul: EDUCS, 2001. (p. 69 – 103).

KARASSAWA, Neuton S. **A qualidade da logística no turismo: um estudo introdutório**. São Paulo: Aleph, 2003. (Série Turismo).

MATO GROSSO DO SUL. FAPEC/SEBRAE/FUNDAÇÃO CÂNDIDO RONDON. **Proposta de elaboração de estudo da Cadeia Produtiva do Turismo em Mato Grosso do Sul – Relatório Final**. Campo Grande: 2006. Disponível em: <<http://fcr.org.br/webfcr/cadeiassebrae/relatoriofinal-cadeia-turismo.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

MAZARO, R. M. VARZIN, G. *Modelos de competitividade para Destinos Turísticos en el Marco de la Sostenibilidad*. In: **Revista de Administração /RAC**. v. 12, n. 3. Curitiba, Jul/Set 2008 (p. 789-809). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v12n3/09.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

MELO, A. C. *et al.* **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: UFC, 2007. Disponível em <http://www.biblioteca.ufc.br/images/stories/arquivos/resolucao_consuni/guianormalizacao_ufc.pdf> Acesso em: out. 2010.

MENDONÇA, T. C. de M.; IRVING, M. de A. *Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turístico no Brasil - Prainha Do Canto Verde, Beberibe (CE)*. In: **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 04. N° 04. 2004. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=956&article=68&mode=pdf>>. Acesso em 24 nov. 2008.

NODARI, M. Z. R. **As contribuições do Turismo para a economia de Foz do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Mestrado em Desenvolvimento Econômico – Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/15157/1/Disserta_Zeneide_final_21.04.2008.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2008.

NOIA, A. C. *et al.* *Avaliação do Plano Nacional de Turismo: Gestão do Governo Lula, entre os anos de 2003 a 2007*. In: **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**. Ano 01. N° 01. Out/2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao1/artigo3.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

OLIVEIRA, S. O. *Desenvolvimento Local e organização sócio-espacial*. In: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 4. Março/2003. (p. 47–53). Disponível em: <http://www3.ucdb.br/mestrados/RevistaInteracoes/n6_sergio_osteto.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2009.

OLIVEIRA, J. LUCAS, S. TEIXEIRA, T. C. *TURISMO RESPONSÁVEL: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável?* In: **PUC Minas – Revista de Turismo**. Vol. 2 – N° 03. Dez/2007.

PEREIRA JÚNIOR, J. S. **O contexto cultural e a gestão da qualidade em um empreendimento hoteleiro na cidade de Fortaleza.** Monografia não-publicada apresentada ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará. Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: Hucitec, 1997.
_____. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, A. M. *Desenvolvimento Sustentável e Atividade Turística.* In: RODRIGUES, A. B. (Org). **Turismo e Desenvolvimento Local.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SOUZA, N. de. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, P. I. A. de; SILVEIRA NETO, R. da M. **Turismo no Nordeste: afinal qual é a importância da atividade para a região?** Disponível em: <http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/turismo_no_nordeste.pdf> Acesso em: 01 nov. 2008.

VALDÉS, J. A. **Marketing estratégico e estratégia competitiva de empresas turísticas : Um estudo de caso da cadeia hoteleira Sol Meliá.** Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo: FEA/USP, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-13102003-081411/>>. Acesso em: 01 nov. 2008.

VÁSQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

ZAGHENI, E. S. S. **A logística da Cadeia Produtiva do Turismo de Joinville – SC.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2004. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCAD0607.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2008.